

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0030675-7

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nome

ELEVA EDUCACAO S A

Código Ato

Eventos

006

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
999	1	Ata de Assembleia Geral Ordinária / Sem Eventos (Empresa)
xxx	xx	XX
xxx	xx	XX
xxx	xx	XX
xxx	xx	XX

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR ROBERTO FRANCISCO DA SILVA , RODRIGO OTÁVIO CARVALHO MOREIRA E SÉRGIO CARLOS RAMALHO SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

NIRE / Arquivamento	CNPJ	Endereço / Endereço completo no exterior	Bairro	Município	Estado
00004157858	17.765.891/0001-70	Rua Rodrigo De Brito 0013	Botafogo	Rio de Janeiro	RJ
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX



Bernardo Feijó Sampaio Berwanger

SECRETÁRIO GERAL

Observação:

Deferido em 16/07/2021 e arquivado em 19/07/2021

Nº de Páginas Capa Nº Páginas

23

1/1



Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0030675-7

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2021/288015-2

16/07/2021 14:20:36

JUCERJA

Último arquivamento:

00004145042 - 15/07/2021

NIRE: 33.3.0030675-7

ELEVA EDUCACAO S A

Boleto(s): 103744887

Hash: 982D492D-244E-4E0D-9FBF-1F61282BD695

Orgão	Calculado	Pago
Junta	610,00	610,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMIENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

ELEVA EDUCACAO S A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]**Requerente**

Nome:	Joao Paulo do Prado Campos
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE
Telefone de contato:	2134430000
E-mail:	controladoria@elevaeducacao.com.br
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	16/07/2021
Data da 1ª entrada:	



00-2021/288015-2

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ELEVA EDUCACAO S A

NIRE: 333.0030675-7 Protocolo: 00-2021/288015-2 Data do protocolo: 16/07/2021

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 19/07/2021 SOB O NÚMERO 00004157858 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 09414FA670C79F7517B9B20864125F8B07859476745D426B8A21C1726AF89F96

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 02/23

ELEVA EDUCAÇÃO S.A.
CNPJ/ME 17.765.891/0001-70
NIRE 33.3.0030675-7

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2021**

- 1. Data, Hora e Local:** aos 5 dias do mês de julho de 2021, às 10:00 horas, na sede da Eleva Educação S.A., situada na Rua Rodrigo de Brito, nº 13, Botafogo, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22.280-100 ("Companhia").
- 2. Presença:** Convocação devidamente realizada através de publicações no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, nos dias 24, 25 e 28 de junho de 2021 e no Diário Comercial, nos dias 24, 25 e 28 de junho de 2021. Presente acionistas representantes de 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, consoante assinatura no livro de presença de acionistas, no qual todos lançaram suas assinaturas, constatando-se, assim, a existência de quórum para instalação desta Assembleia, os quais dispensaram da presença do auditor independente, nos termos do artigo 134, §2º, da Lei nº 6404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações").
- 3. Publicações:** (i) Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, em sua edição de 8 de junho de 2021, e no Diário Comercial, em sua edição de 8 de junho de 2021; e (ii) Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, em sua edição de 8 de junho de 2021, e no Diário Comercial, em sua edição de 8 de junho de 2021.
- 4. Mesa:** Presidente: Bruno Elias Pires; Secretário: João Paulo do Prado Campos.
- 5. Ordem do Dia:** (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e da proposta da administração relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; (b) ratificar a destinação do resultado apurado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; (c) deliberar sobre a reapresentação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; (d) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e da proposta da administração relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020;

e (e) deliberar sobre a destinação do resultado apurado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

6. Deliberações: Preliminarmente **(a)** as eventuais declarações de voto, protestos e dissidências porventura apresentados serão numeradas, recebidas e autenticadas pela mesa e ficarão arquivadas na sede da Companhia, nos termos do art. 130, §1º, da Lei das Sociedades por Ações; e **(b)** fica autorizada a lavratura da presente ata a que se refere esta Assembleia Geral Ordinária em forma de sumário, bem como sua publicação com omissão das assinaturas da totalidade dos acionistas presentes, nos termos do art. 130, §1º, §2º, da Lei da Sociedade por Ações

6.1. Aprovar, por unanimidade de votos, as contas dos administradores, as demonstrações financeiras, acompanhada do parecer dos auditores independentes e da proposta da administração relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018;

6.2. Ratificar, por unanimidade de votos, a destinação do prejuízo apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 28.591.000,00 (vinte e oito milhões, quinhentos e noventa e um mil reais), que será alocado à conta de prejuízos acumulados da Companhia;

6.3. Aprovar, por unanimidade de votos, a reapresentação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do relatório dos auditores independentes;

6.4. Aprovar, por unanimidade de votos, as contas dos administradores, as demonstrações financeiras, acompanhada do parecer dos auditores independentes e da proposta da administração relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; e

6.5. Aprovar, por unanimidade de votos, a destinação do lucro líquido apurado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$ 4.988.000,00 (quatro milhões, novecentos e oitenta e oito mil reais), para compensar a conta de prejuízos acumulados da Companhia.

7. Encerramento e lavratura da ata: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, deu por encerrada a sessão, solicitando a lavratura da presente ata, a qual depois de lida e aprovada, foi por todos assinada.

8. **Assinaturas:** Mesa: Presidente – Bruno Elias Pires; Secretário – João Paulo do Prado Campos.

Confere com a original lavrada em livro próprio.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 2021.

BRUNO ELIAS PIRES:09324972766	Assinado de forma digital por BRUNO ELIAS PIRES:09324972766 Dados: 2021.07.06 19:06:11 -03'00'	JOAO PAULO DO PRADO CAMPOS:09920003786	Assinado de forma digital por JOAO PAULO DO PRADO CAMPOS:09920003786 Dados: 2021.07.06 19:06:28 -03'00'
Bruno Elias Pires Presidente		João Paulo do Prado Campos Secretário	

IRREGULARIDADES

Salles pede demissão do Meio Ambiente e Joaquim Pereira Leite assume a Pasta

Ex-ministro é alvo de inquérito por ter atrapalhado investigações sobre apreensão de madeira

O presidente Jair Bolsonaro exonerou o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. A informação foi publicada no Diário Oficial da União e informa que a exoneração foi a pedido de Salles. No mesmo decreto, Bolsonaro nomeou Joaquim Alvaro Pereira Leite como novo ministro do Meio Ambiente. “Para que isso (investigação) seja feita de forma mais serena possível, apresentei minha exoneração”, disse Salles ao justificar o pedido em entrevista no Palácio do Planalto.

Salles é alvo de inquérito, autorizado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a pedido da Procuradoria Geral da República (PGR), por supostamente ter atrapalhado investigações sobre apreensão de madeira. Ele nega ter cometido irregularidades.

Após a publicação de sua exoneração, Salles fez um pro-



Ricardo Salles diz que há “criminalização” de opiniões divergentes no País

nunciamento à imprensa, no Palácio do Planalto, para explicar os motivos de sua saída. Segundo ele, está ocorrendo no país um processo de “criminalização” de opiniões divergentes sobre a questão ambiental e, por isso, ele estava abrindo

espaço para maior diálogo.

“Eu entendo que o Brasil, ao longo desse ano e no ano que vem, na inserção internacional e também na agenda nacional, precisa ter uma união muito forte de interesses, de anseios e de esforços. E para

que isso se faça da maneira mais serena possível, eu apresentei ao senhor presidente o meu pedido de exoneração, que foi atendido e eu serei substituído pelo secretário Joaquim Alvaro Pereira Leite, que também tem muita experiência e conhece todos esses assuntos”, afirmou.

Salles também fez um balanço de seus dois anos e meio de gestão, destacando que buscou cumprir a orientação do presidente em equilibrar o desenvolvimento econômico com o meio ambiente, com respeito ao setor privado, ao agro-negócio e aos empresários.

Entre as medidas citadas pelo ex-ministro, estão a aprovação do Marco Legal do Saneamento Básico, o programa Lixão Zero, o programa de concessões de parques nacionais e a abertura de concurso para o Ibama e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-

Bio). Ele também mencionou o programa Adote um Parque, que prevê a obtenção de recursos de empresas para a preservação de florestas.

A demissão ocorre um dia depois de Bolsonaro elogiar Salles em evento no Palácio do Planalto. “Parabéns, Ricardo Salles. Não é fácil ocupar seu ministério. Por vezes, a herança fica apenas uma pena de processos. A gente lamenta como por vezes somos tratados por alguns poucos desse outro Poder, que é muito importante para todos nós”, disse o presidente durante evento de lançamento do Plano Safra 2021-2022.

O anúncio da troca no Ministério do Meio Ambiente também ocorre no momento em que o governo é acusado de corrupção na compra de vacinas para a covid-19. O deputado Luis Miranda (DEM-DF), aliado do Palácio do Planalto, afirmou ter alertado o próprio Bolsonaro de que havia “cor-

rupção pesada” no Ministério da Saúde envolvendo a compra da Covaxin.

Na ocasião, segundo o parlamentar, o presidente afirmou que procuraria a Polícia Federal para investigar o caso. Apesar do aviso, o governo seguiu com o negócio em que prevê pagar pelo imunizante indiano um preço 1.000% maior do que o anunciado pela própria fabricante seis meses antes.

Na última semana, negociações bilaterais sobre questões ambientais entre Brasil e Estados Unidos foram suspensas, o que acendeu o “sinal amarelo” entre autoridades e parlamentares para os riscos de sanções econômicas. Para a presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Kátia Abreu (PP-TO), o congelamento das conversas tem relação com as investigações contra o ex-ministro e com a paralisação no combate ao desmatamento.

BRK Ambiental – Rio das Ostras S.A.
CNPJ/ME nº 08.774.784/0001-17 – NIRE 33.300.281.878

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, realizada em 16 de junho de 2021

1. Data, Hora e Local: Realizada em 16/06/2021, às 11 horas, na sede da BRK Ambiental – Rio das Ostras S.A. (“Emissora” ou “Companhia”), localizada na Rua Duque de Caxias, nº 443, parte, Chácara Marileia, Cidade de Rio das Ostras, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 28.896-095. **2. Convocação:** Dispensada a convocação por edital, nos termos do artigo 71, § 2º, e artigo 124, § 4º, ambos da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), tendo em vista a presença de titular representando 100% das debêntures em circulação da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Companhia (“Debêntures” e “Emissão”, respectivamente), emitidas de acordo com o “Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da BRK Ambiental – Rio das Ostras S.A.”, celebrado em 18/06/2019 (“Escritura de Emissão”) conforme se atesta pela assinatura dos presentes nesta ata. **3. Presença:** Presentes: (i) os representantes do Debenturista, representando 100% das Debêntures em circulação (“Debenturista Único”), conforme se verificou na assinatura da lista de presença do Debenturista Único, anexa à presente ata (“Anexo I”); (ii) os representantes da Companhia; (iii) os representantes da BRK Ambiental Participações S.A. (“Fiadora”); e (iv) os representantes da Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de agente fiduciário da Emissão (“Agente Fiduciário”). **4. Mesa:** Presidente: Jalce Leal Rodrigues Junior, eleito pelos Debenturistas; e Secretária: Paula Godinho da Silva Lacava. **5. Abertura:** Foi proposta aos presentes a eleição do Presidente e do Secretário da Assembleia para, dentre outras providências, lavrar a presente ata. Após a devida eleição, foram abertos os trabalhos, tendo sido verificado os pressupostos de quórum e convocação, bem como os instrumentos de mandato do representante do Debenturista Único presente, declarando a presidência da mesa instalada a presente Assembleia Geral de Debenturistas. Em seguida, foi realizada a leitura da ordem do dia. **6. Ordem do Dia:** Deliberar sobre aprovação para (i) alterar o prazo das Debêntures de 730 dias para 791 dias contados do dia 19/06/2019 (“Data de Emissão”) e, por consequência, a cláusula 4.1.5 da Escritura de Emissão; (ii) caso aprovado o item (i) acima, aprovar a alteração, a partir de 18/06/2021, da sobretaxa dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definidos) das Debêntures, alterando, portanto, as cláusulas 4.2.2 e 4.2.2.2 da Escritura de Emissão; (iii) caso aprovado o item (i) acima, aprovar a alteração da Periodicidade do Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido na Escritura de Emissão) e do Prêmio Flat de Resgate Antecipado Facultativo e, por consequência, a cláusula 4.11.2 da Escritura de Emissão; e (iv) autorizar a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário a tomar todas as providências relativas à alteração da forma de Amortização do saldo do Valor Nominal Unitário, inclusive, mas não se limitando a, assinar todos os documentos e instrumentos necessários para a implementação integral das deliberações objeto desta Assembleia, incluindo celebrar aditamento à Escritura de Emissão no prazo de até 60 dias contados da presente data para refletir os itens acima. **7. Deliberações:** Instalada validamente a Assembleia, após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, foi deliberado pelo Debenturista Único e sem qualquer restrição ou ressalvas: (i) aprovar a alteração do prazo das Debêntures para 791 dias contados da Data de Emissão, passando a cláusula 4.1.5 da Escritura de Emissão a vigorar com a seguinte redação: “4.1.5 Prazo e Data de Vencimento: Ressalvas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme definido na Cláusula 4.11.1 abaixo) e de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures nos termos da Cláusula 5.1. abaixo, ocasiões em que a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo seu respectivo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, o prazo das Debêntures será de 791 dias contados da Data de Emissão, com data de vencimento final em 18/06/2021 (“Data de Vencimento das Debêntures”).” (ii) aprovar a alteração da sobretaxa dos Juros Remuneratórios das Debêntures, passando as cláusulas 4.2.2 e 4.2.2.2 da Escritura de Emissão a vigorar com a seguinte redação: “4.2.2 Juros Remuneratórios das Debêntures: Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra grupo” (“Taxa DI”), expressas na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis (conforme abaixo definidos), calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (www.b3.com.br), acrescida exponencialmente de spread de: a) 1,55% ao ano, base 252 Dias Úteis, a partir da Primeira Data de Integralização, inclusive, até 18/06/2021, exclusive; e b) 2,00% ao ano, base 252 Dias Úteis, a partir de 18/06/2021, inclusive, até a Data de Vencimento das Debêntures, exclusive (“Juros Remuneratórios”). (...) 4.2.2.2 Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNB \times (Fator\ Juros - 1)$$

onde: **J:** valor unitário dos Juros Remuneratórios, acumulados no período, ao final de cada período de capitalização, calculado com 8 casas decimais sem arredondamento; **VNB:** Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, informado/calculado com 8 casas decimais, sem arredondamento; **Fator Juros:** Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido do spread, calculado com 9 casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator\ Juros = (Fator\ DI \times Fator\ Spread)$$

onde: **Fator DI** = Produtório das Taxas DI, da Primeira Data de Integralização, ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, inclusive, até a data do cálculo, exclusive, calculado com 8 casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator\ DI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde: **k** = número de ordens das Taxas DI, variando de 1 até “n”; **n** = número total de Taxas DI, consideradas até a data de cálculo, sendo “n” um número inteiro; **TDI_k** = Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 casas

que isso se faça da maneira mais serena possível, eu apresentei ao senhor presidente o meu pedido de exoneração, que foi atendido e eu serei substituído pelo secretário Joaquim Alvaro Pereira Leite, que também tem muita experiência e conhece todos esses assuntos”, afirmou.

Salles também fez um balanço de seus dois anos e meio de gestão, destacando que buscou cumprir a orientação do presidente em equilibrar o desenvolvimento econômico com o meio ambiente, com respeito ao setor privado, ao agro-negócio e aos empresários.

Entre as medidas citadas pelo ex-ministro, estão a aprovação do Marco Legal do Saneamento Básico, o programa Lixão Zero, o programa de concessões de parques nacionais e a abertura de concurso para o Ibama e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dk}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

DI_k = Taxa DI, de ordem k, divulgada pela B3, utilizada com 2 casas decimais; *dk* = 1. **Fator Spread** = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left\{ \left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right\}$$

onde: **Spread** =1,55000 ou 2,0000, conforme o período; **DP** = número de Dias Úteis entre a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, das Debêntures, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo. Observações: (i) O fator resultante da expressão (1 + TDIk) é considerado com 16 casas decimais, sem arredondamento; (ii) Eletua-se o produtório dos fatores diários (1 + TDIk) sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; (iii) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 casas decimais, com arredondamento; e (iv) O fator resultante da expressão (Fator DI x Fator Spread) é considerado com 9 casas decimais, com arredondamento.” (iii) aprovar a alteração da Periodicidade do Resgate Antecipado Facultativo e do Prêmio Flat de Resgate Antecipado Facultativo, passando a cláusula 4.11.2 da Escritura de Emissão a vigorar com a seguinte redação: “4.11.2 O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total será o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios, e prêmio (flat) incidente sobre o valor do resgate até 18/06/2021 (sendo que o valor do resgate significa o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados pro rata temporis até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo Total), conforme tabela a seguir (“Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total”):

Periodicidade do Resgate Antecipado Facultativo	Prêmio Flat de Resgate Antecipado Facultativo
Entre 20 de dezembro de 2019 (inclusive) e 20 de julho de 2020 (inclusive)	0,40% flat
Entre 21 de julho de 2020 (inclusive) e 17 de junho de 2021 (inclusive)	0,20% flat
Entre 18 de junho de 2021 (inclusive) e a Data de Vencimento (exclusive)	Sem incidência de prêmio

(iv) autorização para a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizarem todas as providências relativas às alterações aprovadas nos itens (i), (ii) e (iii) acima, podendo, inclusive, mas sem se limitar a, assinar todos os documentos e instrumentos necessários e realizar os demais atos necessários para a implementação integral das deliberações objeto desta Assembleia, incluindo celebrar aditamento à Escritura de Emissão no prazo de até 60 dias contados da presente data para refletir as deliberações tomadas acima. A Companhia compromete-se a encaminhar, ao Agente Fiduciário: (a) cópia do protocolo de apresentação desta ata para registro junto à Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“JUCERJA”) em até 5 Dias Úteis contados de sua celebração, bem como a respectiva publicação nos jornais de publicação da Companhia; (b) uma via digital devidamente registrada na JUCERJA, no prazo de até 03 Dias Úteis contados do registro; e (c) e uma via física em até 05 Dias Úteis contados do registro. As deliberações e aprovações acima referidas não poderão: (a) ser interpretadas como uma novação, precedente ou renúncia do Debenturista Único quanto ao cumprimento, pela Companhia, de todas e quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão e nos demais documentos e acordos vinculados a esta, sendo a sua aplicação exclusiva e restrita para o aprovado nesta Assembleia, ou (b) impedir, restringir e/ou limitar o exercício, pelo Debenturista Único, de qualquer direito, obrigação, recurso, poder ou privilégio pactuado na referida Escritura de Emissão, e nos demais documentos e acordos vinculados a esta. Demais termos da Escritura de Emissão permanecem inalterados. Termos com iniciais maiúsculas utilizados neste documento que não estiverem expressamente aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão. Como contrapartida pela aprovação das alterações nas condições das debêntures, fica estabelecido o pagamento de fee (tarifa) no valor de R\$ 50.000,00. O pagamento da fee ocorrerá em até 5 dias corridos contados da presente data, fora do ambiente B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, por meio de débito de tarifa na conta corrente nº 6764-4, da agência nº 6064-3, do Banco do Brasil, de titularidade da Companhia. O valor exato da tarifa, dos tributos correspondentes e demais instruções constarão de uma autorização de débito específica fornecida pela Companhia ao Debenturista. O não pagamento da referida tarifa no prazo acima acordado resultará na majoração do referido valor por juros moratórios de 1% ao mês, além de multa de 2%, sendo certo que o Debenturista informará o Agente Fiduciário quanto ao recebimento ou não de referido fee. Por fim, foi passada a palavra aos representantes legais da Companhia presentes, que declaram que a Companhia concorda com as deliberações do Debenturista Único tomadas nesta Assembleia e compromete-se a tomar todas as medidas necessárias à efetivação das deliberações ora aprovadas. **8. Encerramento:** Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, não houve qualquer manifestação. Assim sendo, nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos, tendo sido lavrada a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. **Presidente:** Jalce Leal Rodrigues Junior; **Secretária:** Paula Godinho da Silva Lacava; **Companhia:** representada por Larissa Ferreira Aguiar e Leonardo da Silva Pristed; **Agente Fiduciário:** representado por Bruna Kinukawa Boni e Estevam Boral; **Debenturista Único:** Banco do Brasil S.A., representado por Jalce Leal Rodrigues Junior; **Fiadora:** representada por Larissa Ferreira Aguiar e Leonardo da Silva Pristed. Rio das Ostras, 16/06/2021. Mesa: Jalce Leal Rodrigues Junior – Presidente; Paula Godinho da Silva Lacava – Secretária.

LIGHT ENERGIA S.A.
CNPJ/ME Nº 01.917.818/0001-36 - NIRE Nº 33.3.0016560-6

Companhia Aberta

Subsidiária Integral da Light S.A.

Certidão da Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Light Energia S.A. (“Companhia” ou “Light Energia”) realizada em 15 de junho de 2021, lavrada sob a forma de sumário. 1. Data, hora e local: 15 de junho de 2021, às 18 horas, realizada mediante videoconferência. **2. Presentes:** Os conselheiros efetivos Carlos Alberto da Cruz, Hélio Paulo Ferraz, Firmino Ferreira Sampaio Neto, Vanessa Claro Lopes, Wilson Martins Poit, Yuiti Matsuo Lopes e Ana Amelia Campos Toni. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Firmino Ferreira Sampaio Neto, que convidou Sra. Isabela Moreira Derzi Carlos para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** Assumindo a presidência dos trabalhos, o Sr. Firmino Ferreira Sampaio Neto esclareceu que a reunião foi convocada com o objetivo de deliberar sobre (i) a aprovação de captação de recursos por meio de emissão de títulos representativos de dívida no mercado internacional (*Notes* Unltd) no valor total de USD 600milhões, consistindo em (a) *senior notes* no valor de USD 400 milhões de emissão da Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Light SESA”) e, em conjunto com a Companhia, as “Emissoras”) e (b) *senior notes* no valor de USD 200 milhões de emissão da Companhia, com garantia fidejussória da Light S.A. (“Notes” e a “Emissão”, respectivamente); (ii) a realização pela Companhia do resgate das Notes emitidas pelas Emissoras com vencimento em 2023 (“Resgate Notes 2023”) com os recursos obtidos com a Emissão; (iii) a autorização para a administração da Companhia celebrar, de forma direta ou indiretamente por meio de procuradores, todos os documentos e seus eventuais aditamentos, praticar todos os atos necessários ou convenientes (a) à realização da Emissão e demais atos acessórios à Emissão, bem como contratar (1) instituições financeiras para intermediar e coordenar a Emissão; (2) os demais prestadores de serviços para a Emissão, incluindo o *trustee*, a agência de classificação de risco, os assessores legais, entre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos e fixar seus honorários; e (3) instituições financeiras para contratação de *swap* para proteção integral do principal e juros da Emissão contra a volatilidade do dólar ao longo da vigência da Emissão, considerando apenas a garantia fidejussória outorgada pela Light S.A. no âmbito da Emissão (“Garantia”); e (b) à realização pela Companhia do Resgate Notes 2023; e (iii) a ratificação dos atos praticados pela administração da Companhia em consonância com as deliberações acima. **5. Deliberações:** Discutidas as matérias constantes na ordem do dia, os conselheiros presentes deliberaram aprovar, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: (i) a realização da Emissão de Notes, as quais serão ofertadas a (a) investidores institucionais qualificados, residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na *Rule 144A do U.S. Securities Act of 1933 (“Securities Act”)*, em conformidade com a isenção de registro prevista na *Rule 144A do Securities Act*; e (b) a investidores residentes e domiciliados em países que não os Estados Unidos da América, em conformidade com a isenção de registro prevista na *Regulation S do Securities Act*. As Notes serão remuneradas semestralmente à taxa de 4,375% ao ano, terão vencimento em 18 de junho de 2026 e serão emitidas com valor equivalente a 100% do seu valor nominal. Os recursos líquidos obtidos com a Emissão serão utilizados pelas Emissoras para o Resgate das Notes 2023, e o restante, caso exista, para fins corporativos gerais, incluindo o pagamento de outras dívidas. (ii) a realização pela Companhia do Resgate Notes 2023; (iii) autorizar a administração da Companhia a celebrar, de forma direta ou indiretamente por meio de procuradores, todos os documentos e seus eventuais aditamentos, praticar todos os atos necessários ou convenientes (a) à realização da Emissão e demais atos acessórios à Emissão, bem como contratar (1) instituições financeiras para intermediar e coordenar a Emissão; (2) os demais prestadores de serviços para a Emissão, incluindo o *trustee*, a agência de classificação de risco, os assessores legais, entre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos e fixar seus honorários e (3) instituições financeiras para contratação de *swap* para proteção integral do principal e juros da Emissão contra a volatilidade do dólar ao longo da vigência da Emissão, considerando apenas a Garantia; e (b) à realização pela Companhia do Resgate Notes 2023; e (iii) ratificar os atos praticados pela administração da Companhia em consonância com as deliberações acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes: **Mesa:** Firmino Ferreira Sampaio Neto (Presidente) e Isabela Moreira Derzi Carlos (Secretária). **Conselheiros presentes mediante videoconferência:** Carlos Alberto da Cruz, Hélio Paulo Ferraz, Firmino Ferreira Sampaio Neto, Vanessa Claro Lopes, Wilson Martins Poit, Yuiti Matsuo Lopes e Ana Amelia Campos Toni. Rio de Janeiro, 15 de junho de 2021. A presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Isabela Moreira Derzi Carlos - Secretária. Arquivado na JUCERJA nº 4086782 em 17/06/2021. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

ELEVA EDUCAÇÃO S.A.
CNPJ: 17.765.891/0001-70 - NIRE: 33.3.0030675-7 - Cia. Fechada

Edital de Convocação. Ficam convocados os acionistas da Eleva Educação S.A. (“Cia.”) na forma prevista no art. 124 da Lei 6.404/76, a comparecerem à AGO (“Assembleia”), a realizar-se no dia 05/07/2021, às 10h, na sede social da Cia., situada na Rua Rodrigo de Brito, 13, Botafogo/RJ, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e da proposta da administração relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2018; (ii) ratificar a destinação do resultado apurado do exercício social encerrado em 31/12/2018; (iii) a representação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2019; (iv) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e da proposta da administração relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020; e (v) deliberar sobre a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31/12/2020. Os documentos enunciados estarão disponíveis para cópias na sede da Cia.. Para exercer seus direitos, os acionistas deverão comparecer à Assembleia Geral portando documento de identidade. Nos termos do art. 126 da Lei 6.404/76, os acionistas poderão ser representados por procurador, desde que estes apresentem o respectivo instrumento de mandato, com firma reconhecida em cartório. RJ, 24/06/2021. **Rafaela Dantas Rodenburg**, Presidente do Conselho de Administração.

PERDA DE OBJETOS

Reconhecimento facial e inteligência artificial nas câmeras do metrô de SP

Circuito terá mais de 5 mil equipamentos capazes de emitir alertas em casos que representem perigo

Um novo circuito de monitoramento eletrônico com câmeras com função inteligente, como reconhecimento facial, começou a operar ontem em três estações da linha 3-Vermelha do metrô de SP. O sistema, que contará com mais de 5 mil câmeras, tem previsão de ser instalado em todas estações das linhas 1-Azul, 2-Verde, 3-Vermelha e 15-Prata até 2023.

Até o momento, 91 equipamentos foram instalados nas estações Carrão (37), Guilhermina Esperança (29) e Belém (25), na zona leste paulistana. A implementação está sendo realizada na estação Penha e o cronograma prevê que as próximas estações a receber o sistema serão Vila Matilde, Patriarca-Vila Ré e Tatuapé. O investimento é de R\$ 58 milhões.

Segundo o Metrô, as câmeras serão interligadas a uma central com recursos de inteligência artificial, com softwares capazes de fazer a leitura das imagens e emitir alertas em casos de invasões da via, crianças desacompanhadas ou objetos suspeitos abandonados nas estações.

Esse novo “Big Brother” do transporte sobre trilhos estará ligado ao Centro de Controle



Até o momento, 37 equipamentos foram instalados na estação Carrão, 29 na Guilherme Esperança e 25 na Belém

da Segurança e emitirá alertas. “Se um sujeito deixa uma pasta em uma estação, a gente consegue monitorar e ter um alerta. Isso já ocorre em outros países no metrô e no trem para evitar atos de violência e terrorismo”, disse o secretário de Transportes Metropolitanos, Alexandre Baldy. Também teremos uma faixa virtual de invasão. Se tiver uma ocorrência que não é comum, o sistema vai identificar.”

O uso de máscaras pode dificultar o reconhecimento, mas outros padrões como altura e cor da roupa. O objetivo, diz o Metrô, não é a iden-

tificação facial. Mas se for preciso, por exemplo, buscar um passageiro desaparecido e já houver imagem do passageiro com máscara, também fica mais fácil a identificação.

“O sistema vai fazer o monitoramento dos pontos reconhecidos como críticos. Sabemos que há furtos de cabos com certa frequência. Podemos fazer o posicionamento das câmeras para monitorar e ter uma captura das imagens com trabalho automático. Não precisa ficar com o operador do sistema vindo full time. Se ocorrer o furto, é possível atuar com a equipe presencial para

prender o meliante”, afirmou Baldy.

Segundo ele, a instalação das câmeras, que também será realizada nos pátios de manutenção, já vai inibir esse tipo de ação. “Mais de 60% das reduções de velocidade, que denominamos como problemas na via, são por invasões por suicídio ou furto, atos de vandalismo. Com esse sistema de monitoramento, não posso dizer que vamos acabar com essas situações, mas vamos reduzi-las.” Segundo Baldy, outra medida para evitar esses episódios é a implantação das portas de plataforma nas esta-

ções.

Mas o andamento de ambas as medidas travou. Em 2009, anúncios de que as plataformas teriam portas que se abririam simultaneamente às portas do trem já eram feitos. Em 2019, a gestão João Dória (PSDB) disse que a proteção seria colocada em 88 fachadas de 36 estações das linhas 1-Azul, 2-Verde e 3-Vermelha em 56 meses. Também em 2019, o Estado anunciou que abria a licitação para implementação do projeto do sistema de monitoramento.

“Em 2019, assinamos um contrato após uma licitação, que foi alvo de judicialização entre o primeiro, o segundo e o terceiro colocados. Estamos terminando a implantação das portas de plataforma na linha 5-Lilás neste ano, mas também teve judicialização”, disse Baldy. “Acreditamos que, resolvendo isso, será concretizado em 30 meses, começando pela linha 2, menos extensa. Depois, a 3 e a 1.”

A adoção de sistemas de monitoramento que permitem o reconhecimento facial é alvo de intenso debate sobre a privacidade de passageiros, além do risco de vazamento de imagens e dados no Brasil e no mundo. Outro ponto discutido são possíveis falhas, que

podem até levar inocentes à prisão.

Baldy afirma que todo o projeto já foi desenvolvido com base na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), sancionada em 2018 e em vigor desde setembro de 2020, que regulamenta o tratamento de dados pessoais por empresas públicas e privadas.

“Todos os pontos da LGPD foram respeitados. Não é um reconhecimento de cidadãos. Ninguém quer fiscalizar ou vigiar ninguém. É para perda de objetos sensíveis, importunação sexual, reconhecimento de pessoas que estejam na lista de procurados da polícia. Não vamos ter acesso ao nome e CPF das pessoas”, disse ele.

O sistema contará ainda com um Data Center, que está sendo montado pelo Metrô, que atua integrado às câmeras e tem capacidade de armazenamento de imagens por 30 dias. “Serão armazenadas por um período maior, em um contrato seguro, para que as ocorrências possam ser investigadas.” Baldy diz que, mesmo com a pandemia, os projetos para expansão das linhas continuam. “Neste 2º semestre, vamos abrir a licitação para a compra de 44 novos trens para o Metrô, uma frota nova, com ar condicionado.”

RIO DE JANEIRO

Claudio Castro pede integração de forças por segurança pública

O governador Cláudio Castro defendeu a integração de todas as forças para uma política de segurança pública bem sucedida, ontem, durante a abertura do encontro técnico ‘Segurança Pública: Desafio no Século XXI’. Organizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por meio da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP), o evento é uma realização do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP/RJ) e do Instituto de Educação Roberto Bernardes Barroso. O objetivo das mesas de debate é levantar discussões e avaliar as principais questões relacionadas ao combate à criminalidade.

O Rio não é um produtor de armas e drogas, isso chega

pelas nossas fronteiras. Por isso, a parceria que temos feito com o governo federal é tão importante. E temos que nos relacionar com outros estados também. Grande parte do dinheiro da milícia, por exemplo, vem de construções irregulares, então precisamos de parceria com prefeitura. E a Justiça também entra nessa parceria”, disse o governador.

Castro destacou a redução dos principais índices de criminalidade no estado e o investimento em tecnologias para melhorar o trabalho da Polícia Civil.

“Os índices melhoram a cada mês, os homicídios dolosos no Rio de Janeiro caíram 9% nos cinco primeiros meses deste ano na comparação com o mesmo período de 2020. Estamos com números de roubo de cargas, roubo a transeuntes e em coletivos

bem menores. O Rio está eludindo mais crimes e isso foi uma cobrança minha à polícia civil. Estamos investindo em equipamentos para que polícia tenha uma capacidade investigativa que reduza os confrontos. Essa é a polícia em que eu acredito, a que não escolhe milícia ou tráfico, a que combate os dois. Criamos uma força-tarefa em outubro de combate à milícia”, ressaltou, citando ainda a criação de programas de segurança com foco na polícia de proximidade:

“Os programas Segurança Presente e Bairro Seguro têm foco social. Quero que as pessoas saibam que podem ir trabalhar com tranquilidade e que os filhos podem brincar no parque perto de casa, pois ali vai ter uma polícia de proximidade pronta para ajudar.”

O procurador-geral de

Justiça, Luciano Mattos, disse que não é possível dissociar a segurança de outros temas que influenciam diretamente as políticas públicas. “É fundamental debater segurança pública e é preciso enxergar o tema não só como uma questão policial, mas com os outros temas correlatos, como por exemplo, o ordenamento do território”, observou.

Também participaram do encontro o ministro da Defesa, Walter Souza Braga Netto; o conselheiro nacional do MP, Marcelo Weitzel Rabello de Souza; o segundo vice-presidente do TJ-RJ, Marcus Henrique Pinto Basílio; o presidente do TCE, Rodrigo Melo de Nascimento; o presidente da Associação do MP-RJ, Cláudio Henrique da Cruz Viana; e a corregedora do MP, Luciana Silveira.

DOAÇÃO

Museu Nacional anuncia recuperação de imagens do Fundo Bertha Lutz

O Museu Nacional, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), anunciou ontem a recuperação das imagens do Fundo Bertha Lutz, que faziam parte do acervo da Seção de Memória e Arquivo do museu e foram perdidas no incêndio de setembro de 2018.

Bertha Maria Júlia Lutz nasceu em São Paulo, no dia 2 de agosto de 1894, e morreu no Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 1976. Foi ativista feminista, bióloga e política brasileira. Era filha do cientista Adolfo Lutz, pioneiro da medicina tropical, e de Amy Fowler, enfermeira inglesa. Especializada em anfíbios, trabalhou como pesquisadora durante mais de 40 anos no Museu Nacional.

Bertha Lutz integrou a delegação brasileira que participou da Conferência de São Francisco, nos Estados Unidos, em 1945, onde lutou para incluir menções sobre igualdade de gênero no texto da Carta das Nações Unidas. Apesar de quatro mulheres terem assinado a carta, apenas Bertha Lutz e a delegada da República Dominicana, Minerva Bernardino, defenderam os direitos femininos.

As imagens do Fundo Bertha Lutz vão integrar o novo acervo digital do Museu Nacional graças à produção do documentário Bertha Lutz - A Mulher na Carta da ONU, da HBO Latin America Originals, que cedeu as imagens da vida de Bertha, narrado a partir do olhar das cientistas Fatima Sator e Elise Luhr Dietrichson, que tiveram contato com as pesquisas de Bertha Lutz na Universidade de Londres. As duas cientistas revisitaram a memória da ativista em documentos, cartas, e também nos lugares em que Bertha Lutz viveu.

O diretor do Museu Nacional, Alexander Kellner, disse

que a doação é mais uma das iniciativas para recomposição do acervo do museu. “Particularmente documentos em imagens que podem ser digitalizados e, assim, eternizados e distribuídos com mais facilidade”, disse.

Segundo a diretora adjunta de Coleções do Museu Nacional, Cristiana Serejo, Bertha Lutz foi uma pessoa icônica para a história brasileira. “Com formação em biologia, foi professora emérita especialista em anfíbios Anura do Museu Nacional/UFRJ. Filha do renomado cientista e sanitarista Adolfo Lutz, teve destaque na ciência e em promover o legado do pai para gerações futuras. Se valendo do papel de cientista mulher bem-sucedida, Bertha participou ativamente e foi líder dos movimentos sufragistas e feministas do início do século 20. Bertha acreditava na associação como possibilidade de alterar a realidade, em especial das mulheres”.

Cristiana Serejo disse que isso fica claro no grande rol de associações femininas que Bertha Lutz fundou no país, entre as quais a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, em 1919; a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1922; União Universitária Feminina, em 1929; a União Profissional Feminina e a União das Funcionárias Públicas, em 1933.

O fundo Bertha Lutz estava depositado na Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional (Semar), sob gestão da professora Maria da Graças Souza Filho e foi totalmente perdido no incêndio de 2 de setembro de 2018. A partir daí, foi considerado Patrimônio Documental Perdido ou Desaparecido pelo Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

ELEVA EDUCAÇÃO S.A.
CNPJ: 17.765.891/0001-70 - NIRE: 33.3.0030675-7 - Cia. Fechada

Edital de Convocação. Ficam convocados os acionistas da Eleva Educação S.A. (“Cia.”) na forma prevista no art. 124 da Lei 6.404/76, a comparecerem à AGO (“Assembleia”), a realizar-se no dia 05/07/2021, às 10h, na sede social da Cia., situada na Rua Rodrigo de Brito, 13, Botafogo/RJ, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e da proposta da administração relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2018; (ii) ratificar a destinação do resultado apurado do exercício social encerrado em 31/12/2018; (iii) a reapresentação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2019; (iv) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e da proposta da administração relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020; e (v) deliberar sobre a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31/12/2020. Os documentos enunciados estarão disponíveis para cópias na sede da Cia.. Para exercer seus direitos, os acionistas deverão comparecer à Assembleia Geral portando documento de identidade. Nos termos do art. 126 da Lei 6.404/76, os acionistas poderão ser representados por procurador, desde que estes apresentem o respectivo instrumento de mandato, com firma reconhecida em cartório. RJ, 24/06/2021. **Rafaela Dantas Rodenburg**, Presidente do Conselho de Administração.

BDV CONSULTORIA EMPRESARIAL E PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA.
CNPJ/MF 19.191.476/0001-85 - Registro RCPJ 259.471

Ata de Reunião de Sócios. Data, Hora e Local: No dia 23 de junho de 2021, às 14 horas, na sede social da Sociedade, situada na Av. Arquiberto Afonso Reidy, 190/201, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22620-270. **Presença:** Foram dispensadas as formalidades de convocação tendo em vista a presença de sócios representando a totalidade do capital social da Sociedade. **Mesa:** Presidente: **Carlos Alberto da Fonseca Braz**. Secretário: **Mário Sérgio Araujo Braz**. **Deliberações:** Os sócios deliberaram e aprovaram, por unanimidade, a redução do capital da Sociedade no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), a ser restituído ao sócio **Carlos Alberto da Fonseca Braz**, acima qualificado, em moeda corrente no país. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o presidente declarou encerrados os trabalhos e determinou a lavratura desta ata que, após lida, achada conforme e aprovada, é assinada pelos presentes. **Carlos Alberto da Fonseca Braz** - Presidente; **Mário Sérgio Araujo Braz** - Secretário. Sócios: **Carlos Alberto da Fonseca Braz**; **Mário Sérgio Araujo Braz**; **João Paulo Araujo Braz**.

TPV INOVA SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S.A.
CNPJ/MF nº 05.221.594/0001-84 - NIRE 33.3.0029152-1

Aviso aos Acionistas. Ficam os Srs. Acionistas informados que se encontram à sua disposição, na sede social à Praia de Botafogo, 518, 11º andar, Botafogo/RJ, conforme art. 133 da lei 6.404/76: (i) o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo em 31.12.2020; (ii) a cópia das demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2020; (iii) os demais documentos pertinentes a assuntos incluídos na ordem do dia da AGO a ser realizada às 10h do dia 27.07.2021, na sede social. **Paulo Lerner Froimchuk**, Presidente do Conselho de Administração.

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA
Secretaria Municipal de Infraestrutura, Mobilidade e Serviços Públicos
Departamento de Licenciamento e Controle Ambiental - D.L.C.A.

Recebi da PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA a emissão da **Licença de Operação - LO-AMBIENTAL Nº 002/LO/ASS/GAB/2021**, sendo emitida em 22 de junho de 2021. Esta licença é válida até 22 de junho de 2026 que autoriza a empresa **METALURGIA AUGUSTO FERRAÇO LTDA**, CNPJ nº 31.963.630/0001-95, a realizar a operação de realizar a Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias e Serviços de usinagem, tornearia e solda, com Área Total Construída: 1.202m², na Rua Lídia, Nº 471, Chatuba - Mesquita/RJ, referente ao processo Administrativo nº **02/3712/20**.

EMPILHADEIRAS ELÉTRICAS

M. Dias Branco faz parceria e torna operação logística mais sustentável

Empresa já vê resultados de trabalho conjunto com a Jungheinrich, líder global em intralogística

A transformação de uma empresa em “ecofriendly” vai muito além das homenagens ao mês do meio-ambiente, comemorado em junho. Devido à complexidade, a adoção de energias verdes ao longo da cadeia de produção exige planejamento robusto e de longo prazo. Nesse sentido, a M. Dias Branco, empresa de alimentos detentora de marcas como Vitarella, Adria, Piraquê e Richester, buscou parceria com a Jungheinrich, uma das líderes globais em soluções de intralogística, para substituir todas as suas empilhadeiras a combustão e com baterias de chumbo-ácido em equipamentos elétricos com baterias de íon-lítio.

O processo de troca de mais de 216 equipamentos - sendo 45 deles a combustão - começou em 2019 e foi finalizado neste ano, já contabilizando redução de 52% nas emissões de CO2 e de R\$



Troca de empilhadeiras representa redução de 52% nas emissões de CO2

1,5 milhão em gastos ao comparar a substituição da matriz energética a gás por energia elétrica. Isso porque além da maior eficiência energética, as máquinas a íon-lítio podem operar em

três turnos, pois permitem cargas de oportunidade em pausas como refeição dos operadores e reuniões.

“Cada equipamento (com média de 10.000 horas de utili-

zação) gera uma redução de 52% na emissão de CO2 em comparação às empilhadeiras a combustão”, explica Amelia Medeiros, gerente de Operações de Armazém e Projetos Logísticos da M. Dias Branco.

Os números comprovam a proporção da mudança: a M. Dias Branco deixou de emitir, aproximadamente, 8,1 toneladas de CO2 por mês. Essa troca de equipamentos a combustão pelas empilhadeiras com bateria de lítio equivale a cerca de 112 mil árvores por ano que são salvas para compensar as emissões de CO2. Segundo estimativas da empresa, a economia chegará a R\$ 12,2 milhões no contrato firmado de 84 meses.

Com a substituição, a intenção da M. Dias Branco é beneficiar toda a cadeia. “Para os colaboradores, é possível ter a redução de ruídos e a ergonomia de trabalho; para a empresa,

máquinas de melhor qualidade que proporcionam mais produtividade; para o meio-ambiente, a não emissão de gases poluentes”, ressalta Amélia.

Segundo Wanderson Rosas, gerente regional de Vendas da Jungheinrich, o processo de troca das empilhadeiras não foi afetado pela pandemia. “Nosso time respeitou todos os protocolos de segurança e não mediu esforços para atender e surpreender o cliente”, ressalta.

O contrato de locação da M. Dias Branco inclui equipamentos e manutenção a um custo mensal fixo definido. “Nós cuidamos de tudo, pois a expertise do ramo de empilhadeiras é da Jungheinrich. Ou seja, a M. Dias Branco não precisa mais se preocupar com estoque de peças, manutenção, capacitação de técnicos, aquisição de ativo etc. Dessa forma, o tempo que o cliente ganha por não se

preocupar com equipamentos, passa a investir efetivamente no seu processo produtivo”, ressalta Rosas.

O gerente destaca ainda os benefícios trazidos pelas empilhadeiras elétricas com bateria de íon-lítio. “Estes equipamentos com cargas de oportunidade são muito seguros e têm 100% da bateria carregada em, no máximo, 80 minutos. Diferentemente das máquinas elétricas com bateria de chumbo-ácido, elas não requerem sala de bateria tampouco manutenção diária.”

“Também temos 20% menos consumo de energia e mais do que o dobro de vida útil quando comparado a equipamentos com bateria de chumbo-ácido”, explica Rosas, que também destaca a garantia da bateria de lítio Jungheinrich de 5 anos, independentemente do número de horas de funcionamento.

COHANI CONSTRUTORA HAIM NIGRI LTDA.
CNPJ nº 33.331.893/0001-07 - NIRE 332.004.744-45

ATA DE REUNIÃO DOS SÓCIOS
REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Em 30 de novembro de 2020, às 09:00h, na sede da sociedade, à Av. Rio Branco, nº 156, 31º andar, Grupos 3109, 3110 e 3113, reuniram-se os únicos sócios da COHANI CONSTRUTORA HAIM NIGRI LTDA., FELIX SAAD HAIM NIGRI, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 4.798.897, emitida pelo IFF, CPF nº 869.798.257-04, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua General Artigas nº 205, aptº 702, e SÉRGIO HAIM NIGRI, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 5.378.430, emitida pelo IFF, CPF nº 869.798.177-87, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Aperana nº 87, aptº 601, presidente e secretário da mesa, respectivamente, e deliberaram:

- Reduzir o Capital Social por ser considerado excessivo em relação ao objeto da sociedade, de R\$ 2.281.478,00 (dois milhões, duzentos e oitenta e um mil e quatrocentos e setenta e oito reais) para R\$ 2.086.360,00 (dois milhões, oitenta e seis mil e trezentos e sessenta reais), redução essa de R\$ 195.118,00 (cento e noventa e cinco mil e cento e dezoto reais), cabendo a cada sócio 50% (cinquenta por cento) desse valor, que é efetivada mediante o pagamento de R\$ 0,64 (sessenta e quatro centavos) em espécie e a baixa dos seguintes bens imóveis:

. Apartamento nº 1.308 do edifício situado na Rua Barata Ribeiro nº 26, com a fração de 1/80 do terreno, com direito a 41 vagas de garagem, sendo 24 vagas localizadas no subsolo, 15 vagas localizadas no térreo ou primeiro pavimento garagem e 02 vagas localizadas no segundo ao quinto pavimento garagem, adquirido em 22 de junho de 1981, registro no livro 2-J/3, fls. 67 na matrícula 30533, sob o nº R-3, inscrição nº 0421312 (M.P.) C.L. nº 06651, registrado no 5º Ofício do Registro de Imóveis da Capital - RJ na matrícula nº 45528, Livro 2-0/8, fls. 104, pelo valor contábil de R\$ 13.674,55 (treze mil, seiscentos e setenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos);

. Lojas D, E, H, I e L do edifício situado na Rua Conde de Bonfim nº 289, pertencente à freguesia do Engenho Velho, adquiridas pela Escritura de Compra e Venda datada de 23/04/1971, do 17º Ofício de Notas - RJ, Livro 3161, fls. 025, transcrita em 12/05/1971, registrada no Registro de Imóveis - Cartório do 11º Ofício - RJ, no Livro 3-CH, nº 57253, fls.060, pelo valor contábil de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

. Apartamento 304 do Bloco "A" do edifício situado na Rua Uruguai, nº 380, pertencente à freguesia do Engenho Velho, com direito a 01 (uma) vaga na garagem, e com fração ideal de 200/61000 do respectivo terreno, adquirido pela Escritura de Compra e Venda datada de 14/06/1971, do 11º Ofício de Notas - RJ, Livro 1810, fls. 010, transcrita em 17/06/1971, registrada no Registro de Imóveis - Cartório do 11º Ofício - RJ, no Livro 3-CJ, nº 57908, fls. 095, pelo valor contábil de R\$ 176.442,81 (cento e setenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e oitenta e um centavos). E nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2020

Felix Saad Haim Nigri
Sócio/Presidente

Sérgio Haim Nigri
Sócio/Secretário

ELEVA EDUCAÇÃO S.A.
CNPJ: 17.765.891/0001-70 - NIRE: 33.3.0030675-7 - Cia. Fechada

Edital de Convocação. Ficam convocados os acionistas da Eleva Educação S.A. ("Cia.") na forma prevista no art. 124 da Lei 6.404/76, a comparecerem à AGO ("Assembleia"), a realizar-se no dia 05/07/2021, às 10h, na sede social da Cia., situada na Rua Rodrigo de Brito, 13, Botafogo/RJ, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e da proposta da administração relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2018; (ii) ratificar a destinação do resultado apurado do exercício social encerrado em 31/12/2018; (iii) a reapresentação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2019; (iv) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e da proposta da administração relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020; e (v) deliberar sobre a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31/12/2020. Os documentos enunciados estarão disponíveis para cópias na sede da Cia.. Para exercer seus direitos, os acionistas deverão comparecer à Assembleia Geral portando documento de identidade. Nos termos do art. 126 da Lei 6.404/76, os acionistas poderão ser representados por procurador, desde que estes apresentem o respectivo instrumento de mandato, com firma reconhecida em cartório. RJ, 24/06/2021. **Rafaela Dantas Rodenburg**, Presidente do Conselho de Administração.

ESTABELECIMENTOS JAMES FREDERICK CLARK (NITERÓI) S.A.
CNPJ: 30.110.084/0001-87

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam convidados os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que, cumulativamente, serão realizadas no dia 04/08/2021 às 9:00 (nove) horas, na sede social da sociedade, na Av. Ernani do Amaral Peixoto 455, sala 507, na cidade de Niterói, RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **Na Assembleia Geral Ordinária:** 1 - Tomar as contas dos Administradores, examinar e votar as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31.12.2020, 31.12.2019 e 31.12.2018; 2 - Deliberar sobre a destinação dos resultados dos exercícios encerrados em 31.12.2020, 31.12.2019 e 31.12.2018; 3 - Eleição da nova Diretoria; 4 - Fixar a remuneração dos administradores para o exercício de 2021. **Na Assembleia Geral Extraordinária:** 1 - Ratificar todos os atos praticados pela Diretoria; 2 - Assuntos de interesse geral. **Ingrid Von Sohsten Meyer de Mendonça Clark - Presidente.**

AVISO AOS ACIONISTAS. Acham-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social da empresa à Av. Ernani do Amaral Peixoto 455, sala 507, Centro, Niterói, RJ os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei 6.404 de 15/12/1976, relativos aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2020, 2019 e 2018. Niterói, 25/06/2021. A Diretoria.

TPV INOVA SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S.A.
CNPJ/MF nº 05.221.594/0001-84 - NIRE 33.3.0029152-1

Aviso aos Acionistas. Ficam os Srs. Acionistas informados que se encontram à sua disposição, na sede social à Praia de Botafogo, 518, 11º andar, Botafogo/RJ, conforme art. 133 da lei 6.404/76: (i) o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo em 31.12.2020; (ii) a cópia das demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2020; (iii) os demais documentos pertinentes a assuntos incluídos na ordem do dia da AGO a ser realizada às 10h do dia 27/07/2021, na sede social. **Paulo Lerner Froimitchuk**, Presidente do Conselho de Administração.

BRK Ambiental – Rio das Ostras S.A.
CNPJ/ME nº 08.774.784/0001-17 – NIRE 33.300.281.878

Ata da Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 24 de junho de 2021, às 14:00 horas

1. Data, Hora e Local: Aos 24/06/2021, às 14:00 horas, realizada de forma exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico de participação a distância disponibilizado pela Companhia, e sendo considerada, nos termos da Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, de 10/06/2020, como realizada na Cidade de Rio das Ostras, no Estado do Rio de Janeiro, na Rua Duque de Caxias, nº 443, parte, Chácara Marileia, CEP 28.896-095. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação de acordo com o disposto no artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença das acionistas detentoras da totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica pelas assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Sinval Araújo de Andrade Filho e secretariada pela Sra. Beatriz Moll. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a realização, pela Companhia, de sua 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, com garantia adicional fidejussória, em série única ("Debêntures"), para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16/01/2009, conforme alterada ("Emissão", "Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente); (ii) a celebração da Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição (conforme abaixo definidos) e todos os demais documentos necessários para realização da Emissão, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e da Instrução CVM 476; (iii) a autorização aos administradores e/ou procuradores da Companhia, conforme aplicável, (a) negociarem todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis à Escritura de Emissão e aos demais documentos da Oferta Restrita; (b) praticarem todos os atos necessários ou convenientes à consecução da deliberação dos itens (i) e (ii) acima e da Oferta Restrita; e (c) contratarem os prestadores de serviços necessários para realização da Oferta Restrita, inclusive o operador dos sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primários e secundários para tomar as providências necessárias à realização da Emissão; e (iv) a ratificação dos atos já praticados pela Diretoria e/ou procuradores da Companhia relacionados às deliberações acima. **5. Deliberações:** Instalada a Assembleia Geral Extraordinária, as acionistas detentoras da totalidade do capital social da Companhia, sem quaisquer restrições, resolvem, autorizar a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o artigo 130, § 1º da Lei das S.A., e: 5.1. Aprovar a Emissão e a Oferta Restrita, com as características descritas a seguir e em termos do "Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfica, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da BRK Ambiental – Rio das Ostras S.A.", a ser celebrado pela Companhia, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (CNPJ/ME nº 17.343.682/0003-08) ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão de titulares das Debêntures ("Debenturistas") e pela BRK Ambiental Participações S.A. (CNPJ/ME nº 24.396.489/0001-20) ("Escritura de Emissão" e "Fiadora", respectivamente); (i) Depósito para Distribuição e Negociação: as Debêntures serão depositadas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 ("B3"), sendo a distribuição liquidada financeiramente através da B3; e (b) negociação, observado o disposto na Escritura de Emissão, no mercado secundário por meio do CETIP-21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; (ii) Destinação dos Recursos: os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Emissão das Debêntures serão utilizados exclusivamente para (i) resgate antecipado total ou pagamento das debêntures da 2ª emissão da Companhia (RIOS12) e pré-pagamento do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 08.2.0744.1, celebrado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; e (ii) reforço de capital de giro da Companhia; (iii) Número da Emissão: a Emissão constitui a 3ª emissão de Debêntures da Companhia; (iv) Número de Séries: a Emissão será realizada em série única; (v) Valor Total da Emissão: o valor total da Emissão é de R\$ 140.000.000,00, na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"); (vi) Colocação e Procedimento de Distribuição: as Debêntures serão objeto da Oferta Restrita, a qual será realizada em regime de garantia firme de colocação para o montante equivalente ao Valor Total da Emissão, com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), responsável pela colocação das Debêntures, conforme os termos e condições do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, em Regime de Garantia Firme de Colocação, da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfica, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, da BRK Ambiental – Rio das Ostras S.A.", a ser celebrado entre a Companhia e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição"); (vii) Banco Liquidante e Escriturador: O banco liquidante da Emissão é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no Núcleo Cidade de Deus s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ sob o nº 60.746.948/0001 12 ("Banco Liquidante"). O escriturador da Emissão é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no Núcleo Cidade de Deus s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Escriturador"); (viii) Data de Emissão: para todos os fins e efeitos legais, a data da Emissão das Debêntures será o dia 29/06/2021 ("Data de Emissão"); (ix) Data de Início da Rentabilidade: Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a data da primeira integralização das Debêntures ("Data de Início da Rentabilidade"). (x) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade: as Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta(s) extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures; (xi) Conversibilidade: as Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia; (xii) Espécie: as Debêntures serão da espécie quirográfica, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações; (xiii) Prazo e Data de Vencimento: observado o disposto na Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 02 anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 28/06/2023 ("Data de Vencimento das Debêntures"); (xiv) Valor Nominal Unitário: o valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00, na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); (xv) Quantidade de Debêntures: serão emitidas 140.000 Debêntures; (xvi) Preço e Forma de Subscrição e Integralização: as Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu: (i) Valor Nominal Unitário na Data de Início da Rentabilidade; ou (ii) pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da

Remuneração das Debêntures, calculado de forma *pro rata temporis*, desde a Data de Início da Rentabilidade (inclusive) até a data da sua efetiva subscrição e integralização (exclusive), caso sejam subscritas e integralizadas após a Data de Início da Rentabilidade, conforme o caso (o "Preço de Subscrição"). As Debêntures poderão ser subscritas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição das Debêntures, desde que aplicado de forma igualitária à totalidade das debêntures em cada data de integralização; (xvii) **Garantia Fidejussória:** em garantia do pontual e integral adimplemento de todas as obrigações, principais e acessórias, da Companhia previstas na Escritura de Emissão, as Debêntures contarão com garantia fidejussória da Fiadora ("Fianga"), nos termos da Escritura de Emissão. A Fiança entrará em vigor na Data de Início da Rentabilidade das Debêntures e vigorará até o pagamento integral das Obrigações Garantidas, quer seja pela Companhia ou pela Fiadora; (xviii) **Atualização Monetária das Debêntures:** o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; (xix) **Remuneração:** sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "*over extra-grupo*", expressas na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, acrescida de spread (sobretaxa) de 2,00% ao ano, base 252 Dias Úteis ("**Remuneração**"); (xx) **Pagamento da Remuneração:** sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, do Resgate Antecipado Facultativo Total ou do vencimento antecipado das Debêntures, conforme o caso, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração será paga em uma única data, qual seja, na Data de Vencimento; (xxi) **Amortização do Valor Nominal Unitário:** o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em uma única data, qual seja, na Data de Vencimento; (xxii) **Local de Pagamento:** os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente nela; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3; (xxiii) **Encargos Moratórios:** sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impositivamente no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2%; e (ii) juros moratórios à razão de 1% ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios"). (xxiv) **Repactuação Programada:** as Debêntures não serão objeto de repactuação programada; (xxv) **Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures:** a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir da Data de Emissão, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures ("**Resgate Antecipado Facultativo Total**"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Companhia será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário a serem resgatadas, acrescido (b) da Remuneração e demais Encargos Moratórios eventualmente devidos e não pagos até a data do resgate Antecipado Facultativo Total, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures, imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário; e (c) de prêmio flat de resgate equivalente aos percentuais apresentados na Escritura de Emissão, incidente sobre o item (a), nos termos da Escritura de Emissão. Os demais termos e condições referentes ao Resgate Antecipado Facultativo Total serão previstos na Escritura de Emissão; (xxvi) **Amortização Extraordinária Facultativa:** não será admitida a realização de Amortização Extraordinária Parcial das Debêntures; (xxvii) **Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures:** a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado total ou parcial das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("**Oferta de Resgate Antecipado Facultativo**"). Os demais termos e condições referentes à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo serão previstos na Escritura de Emissão; (xxviii) **Aquisição Facultativa:** a Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, nos termos e condições da Instrução CVM nº 620, de 17/03/2020, conforme aplicável, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia. As Debêntures adquiridas pela Companhia de acordo com a Escritura de Emissão poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Companhia, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, nos termos da Escritura de Emissão, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures; (xxix) **Vencimento Antecipado:** As Debêntures estarão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado a serem previstas na Escritura de Emissão; (xxx) **Demais características e aprovação da Escritura de Emissão:** as demais características e condições da Emissão de Debêntures serão especificadas na Escritura de Emissão e nos demais documentos a ela pertinentes. **5.2 e 5.3** Em decorrência das deliberações acima tomadas, autorizar a Diretoria e/ou os procuradores da Companhia, conforme o caso, a praticar todos os atos, negociar, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta assembleia geral de acionistas, para a Emissão e a Oferta Restrita, inclusive assinar os documentos necessários para tanto que incluem, mas não se limitam, a Escritura de Emissão, ao Contrato de Distribuição e quaisquer eventuais aditamentos a tais instrumentos, bem como a formalização e a efetivação da contratação dos sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário e da contratação dos prestadores de serviço necessários à realização da Emissão e da Oferta Restrita, incluindo, sem limitação, o Coordenador Líder, o Banco Liquidante, o Escriturador, o Agente Fiduciário e os assessores legais, dentre outros prestadores de serviços que se fizerem necessários, podendo, para tanto, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva prestação dos serviços e assinar os respectivos contratos. **5.4** Ratificar os atos relacionados às deliberações acima já praticados pela Diretoria da Companhia e por procuradores bastante constituídos. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. **Mesa:** presidida por Sinval Araújo de Andrade Filho e secretariada pela Sra. Beatriz Moll. **Acionista:** BRK Ambiental Rio das Ostras Participações S.A. e BRK Ambiental Participações S.A. Certifico e dou fé que está ata é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. Rio das Ostras/RJ, 24/06/2021. Assinatura: Beatriz Moll – Secretária.

CONTINUAÇÃO



CINEMAS SEVERIANO RIBEIRO

EMPRESA CINEMAS SÃO LUIZ S.A.

CNPJ 33.497.660/0001-89
COMPANHIA FECHADA

Kinoplex
CINEMA AO MÁXIMO

valores contratuais. Os empréstimos e financiamentos não tem negociação ativa e as taxas de juros são pós-fixadas e estão consistentes com as práticas no mercado; dessa forma, os saldos contábeis informados não diferem de forma relevante dos respectivos valores justos. Em relação aos financiamentos obtidos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), as mesmas apresentam taxas diferenciadas que não são consideradas condizentes com o mercado brasileiro no que se refere a "taxas usuais de mercado". Essas taxas são contratadas considerando-se seu objetivo e avaliação de risco específicos por parte do BNDES, não sendo precificável seu valor justo. **25. Cobertura de seguros:** A Cia. e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. Em 31/12/2020, os principais seguros contratados foram os seguintes:

Riscos operacionais (compreensivo empresarial)	Limite máximo de indenização em 31/12/2020	
	Controladora	Consolidado
	303.700	329.200

26. Compromissos: A Cia. e suas controladas possuem compromissos assumidos com terceiros referentes à locação de imóveis. Os contratos de locação das unidades localizadas em shopping centers, preveem uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, e/ou um valor mínimo, sendo a obrigação mensal da Cia., pagar o maior valor entre ambos. Os valores mínimos dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação. Os contratos de aluguel das unidades de rua possuem valores fixados em contrato, variável, incidente sobre as vendas. Os contratos têm prazo final até 2033 e os percentuais sobre receita (bruta/liquida) variam entre 8% a 19%. **27. Eventos Subsequente:** Considerando os contínuos impactos da

atual crise pandêmica do COVID-19, a Cia. adotou a seguinte estratégia: • Adesão parcial a MP 1.045/2021 lançadas pelo Governo Federal para manutenção de emprego e renda; • Adesão a MP 1046/2021 para parcelamento de FGTS; • Adesão ao plano do BNDES para suspensão de pagamento dos empréstimos por mais 12 meses e alongamento da dívida por 18 meses (para os contratos com vencimento em 2023 e 2025); • Aporte de Capital pelos sócios no valor previsto de R\$ 14.902 com emissão de novas ações proporcionais a participação dos acionistas e adiantamento para o aumento de Capital em duas parcelas, sendo a primeira em maio/2021 no valor de R\$ 11.256; • Obtenção de linha de crédito na Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 5.000 (modalidade Capital de giro, encargos pós fixados à taxa de 214,96% CDI CETIP a.a, vencimento do principal e encargos em 30 parcelas e seis meses de carência, com liberação em maio/2021).

Diretoria: Luiz Severiano Ribeiro Neto; Henrique Pinto dos Santos
Gerente de Contabilidade: Francisco de Assis Andrade - contador CRC/RJ 072.582/O-0

Id: 2323861

Avisos, Editais e Termos

Associações, Sociedades e Firms

TECNOSOL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 02.314.033/0001-31
CONCESSÃO DE LICENÇA

TECNOSOL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA torna público que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a LICENÇA DE OPE-RAÇÃO LO nº IN052097, com validade até 08 de junho de 2025, que a autoriza para armazenamento temporário, beneficiamento e preparo de blends de resíduos industriais perigosos (classe I) e não perigosos (classe II), com vistas à reciclagem, recuperação, coprocessamento, incineração e disposição em aterros; e de armazenamento temporário e pré-tratamento de efluentes líquidos, na RODOVIA BR-101, KM 128, FAZENDA CÔRREGO DO MEIO, S/N - QUISSAMÃ, município QUIS-SAMÃ. **Processo nº E-07/201160/2003.**

Id: 2323400

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO JARDIM URUÇANGA - AMJU

CNPJ nº 28.640.290/0001-57
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Diretoria, por determinação do Presidente, convoca ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA e EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se no dia 11/07/2021, na rua Vitor de Áγγελis, Jacarepaguá, Rio de Janeiro, às 9:00 horas em primeira convocação com no mínimo metade dos associados, e às 09:30 horas, em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, na mesma data e endereço, para deliberar sobre: 1. Aprovação do Balanço Geral e Relatório Anual da Diretoria; 2. Eleição da Diretoria; 3. Eleição do Conselho de Representantes; 4. Alteração do endereço da sede; e 5. Valor das mensalidades. RJ, 06/2021. A Diretoria

Id: 2323854

ELEVA EDUCAÇÃO S.A.

CNPJ: 17.765.891/0001-70 - NIRE: 33.3.0030675-7 - Cia. Fechada **Editai de Convocação.** Ficam convocados os acionistas da Eleva Educação S.A. ("Cia.") na forma prevista no art. 124 da Lei 6.404/76, a comparecerem à AGO ("Assembleia"), a realizar-se no dia 05/07/2021, às 10h, na sede social da Cia., situada na Rua Rodrigo de Brito, 13, Botafogo/RJ, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e da proposta da administração relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2018; (ii) ratificar a destinação do resultado apurado do exercício social encerrado em 31/12/2018; (iii) a reapresentação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2019; (iv) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e da proposta da administração relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020; e (v) deliberar sobre a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31/12/2020. Os documentos enunciados estarão disponíveis para cópias na sede da Cia.. Para exercer seus direitos, os acionistas deverão comparecer à Assembleia Geral portando documento de identidade. Nos termos do art. 126 da Lei 6.404/76, os acionistas poderão ser representados por procurador, desde que estes apresentem o respectivo instrumento de mandato, com firma reconhecida em cartório. RJ, 24/06/2021. **Rafaela Dantas Rodenburg**, Presidente do Conselho de Administração.

Id: 2323838

CASA DA PRAIA IMÓVEIS LTDA
CNPJ 31.355.571/0001-72 NIRE 32.2.0159294-8
CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE SÓCIOS

Deila Silvana Alves Leiria Kiuchi, titular de 1 (uma) quota, no valor de R\$ 1,00 (um real) vem por esta, no exercício de suas atribuições como Solcia-Administradora da CASA DA PRAIA IMÓVEIS LTDA, pessoa jurídica brasileira de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 31.355.571/0001-72 com sede à Avenida Portugal, nº. 360, Bairro da Urca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22291050 (doravante apenas Sociedade), CONVOCAR Vossa Senhoria para ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, nos termos da Cláusula Nona do Contrato Social e artigo 1072 do Código Civil (Lei Federal n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002), que devera ter lugar no dia 07 de julho de 2021, às onze horas (11:00) do Rio de Janeiro, Brasil, e quinze horas (15:00) de Portugal, em primeira chamada, e às onze horas e trinta minutos (11:30) do Rio de Janeiro, Brasil, e quinze horas e trinta minutos (15:30) de Portugal, em segunda chamada, a ocorrer de forma digital, conforme termos do artigo 1080-A Parágrafo único do Código Civil (incluindo nomeadamente a respetiva participação e votação por meios audiovisuais) no seguinte endereço eletrônico plataforma Meet, sendo o link da reunião o seguinte:

Para participar da reunião no Google Meet, clique neste link: <https://meet.google.com/zpq-effh-tsx>

Ou abra o Meet e digite este código: ZPQ-EFFH-TSX e com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

(1) Sob proposta da sócia Maria Cristina de Melo Champalimaud Lino, deliberar sobre a venda do imóvel que é propriedade da Sociedade, sito à Avenida Portugal, nº. 360, Bairro da Urca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22291050, averbado no 3.º Ofício de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro sob o nº de matrícula 20175, Ficha 2 (doravante designado "Imóvel"), nos seguintes termos:

Confere-se preferência na venda do Imóvel aos sócios da CASA DA PRAIA IMÓVEIS LTDA, preferência essa a exercer nesta mesma Assembleia Geral Extraordinária através, designadamente, da indicação rigorosa do preço e das condições de pagamento oferecidas.

Havendo mais do que um sócio preferente, abrir-se-á licitação entre eles, não havendo um valor mínimo base para a proposta de venda do Imóvel.

A venda é efetuada ao sócio que oferecer o melhor preço, devendo o sócio adjudicatário depositar na conta da Sociedade com a iden-

tificação (a ser decidido), num prazo máximo de cinco (5) dias após a adjudicação feita nesta mesma Assembleia Geral Extraordinária, e por conta do preço que ofereceu, vinte por cento (20%) do valor da sua oferta, sob pena de, não o fazendo, a mesma se considerar não válida.

Caso o sócio adjudicatário não realize, no prazo estabelecido, o depósito a que se refere o ponto anterior, a segunda maior oferta (e assim sucessivamente, as restantes maiores ofertas), se existir, passa a ser considerada a melhor oferta e o processo acima previsto repete-se quanto ao respectivo sócio licitante, que deverá de imediato ser notificado pela Sociedade para proceder ao depósito de vinte por cento (20%) do valor da sua proposta.

Estando em condições para a realização da escritura, a Sociedade notificará o sócio licitante vencedor para agendamento do ato de transmissão da propriedade do Imóvel o qual, em qualquer caso, se deverá concretizar e formalizar no prazo máximo de trinta (30) dias após a adjudicação ao sócio preferente, concretizada nesta mesma Assembleia Geral Extraordinária, com uma possível extensão deste prazo por mais trinta (30) dias, se isso for do interesse e decisão da Sociedade.

Se o ato de transmissão da propriedade do Imóvel não se realizar no prazo estabelecido por motivo imputável ao sócio licitante vencedor, o depósito efetuado reverterá integralmente a favor da Sociedade, a título de cláusula penal, passando a segunda maior oferta (e assim sucessivamente, as restantes maiores ofertas), se existir, a ser considerada a melhor oferta e o processo acima previsto repete-se quanto ao respectivo sócio licitante.

Não havendo, porém, sócios licitantes, a venda deverá ser concretizada através da consulta imediata do mercado imobiliário do Rio de Janeiro, em 3 (três) agências imobiliárias de prestígio, que, no prazo de vinte (20) dias, cotarão o Imóvel para venda.

Neste caso, a venda é promovida também de imediato, pelo maior dos valores indicados, e concretizada pelo valor da oferta firme e escrita que o Administrador receba e que mais se aproximar daquele valor de promoção.

Havendo apenas uma oferta, o Imóvel será vendido pelo valor oferecido.

Se nenhuma oferta firme for recepcionada, a Administração fica legitimada para vender o Imóvel por ajuste direto, ao melhor preço que for oferecido.

Em qualquer caso, esta modalidade de venda por consulta do mercado imobiliário deve estar concretizada e formalizada no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da deliberação social de venda.

(2) Mandatar a Sócia-Administradora Deila Silvana Alves Leiria Kiuchi, para executar e representar a Sociedade em todos os atos destinados à execução das deliberações tomadas no âmbito dos pontos anteriores, e designadamente nos procedimentos e na venda do Imóvel nos termos do item (1) da ordem do dia, se aprovado e nos termos em que o for.

Em obediência ao artigo 1074 do Código Civil, a Assembleia Geral Extraordinária instala-se, em primeira chamada, com três quartos (3/4) dos votos do capital social e, em segunda chamada, com qualquer número.

Na matéria relativa ao item (1) da ordem do dia, e uma vez que se considera ser este assunto relevante para a Sociedade, nos termos da parte final da Cláusula Nona do Contrato Social, a Assembleia Geral Extraordinária delibera por maioria absoluta do capital social.

E na matéria correspondente ao item (2), pela maioria simples dos votos emitidos, seja qual for a percentagem do capital social nela representado.

Os sócios que não puderem comparecer na data e no horário marcado poderão se fazer representar por procuradores devidamente constituídos nos termos da lei através da outorga de mandato, devidamente legalizado e com especificação precisa dos poderes e dos atos autorizados.

Sob proposta da sócia Maria Cristina de Melo Champalimaud Lino, a ata desta reunião da Assembleia Geral Extraordinária é lavrada por notário, em instrumento avulso.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 2021.

Deila Silvana Alves Leiria Kiuchi - CPF/MF n.º 789917.497-04

Id: 2324049

TPV INOVA SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S.A.

CNPJ/MF nº 05.221.594/0001-84 - NIRE 33.3.0029152-1

Aviso aos Acionistas. Ficam os Srs. Acionistas informados que se encontram à sua disposição, na sede social à Praia de Botafogo, 518, 11º andar, Botafogo/RJ, conforme art. 133 da lei 6.404/76: (i) o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo em 31.12.2020; (ii) a cópia das demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2020; (iii) os demais documentos pertinentes a assuntos incluídos na ordem do dia da AGO a ser realizada às 10h do dia 27.07.2021, na sede social. **Paulo Lerner Froimchuk**, Presidente do Conselho de Administração.

Id: 2323848

CANTAGALO EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ/ME nº 20.927.835/0001-07 - NIRE 3330031746-5
(Companhia Fechada)

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores Acionistas da **Cantagalo Empreendimentos S.A.** ("Companhia") convocados a comparecer à Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a realizar-se, em primeira convocação, no dia 07 de julho de 2021, às 09h00m, na sede da Companhia, localizada no Município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro, na Rodovia RJ-166, s/n.º, Km 2,5, Sala da Gerência, 3º Distrito, Euclidelândia, CEP 28.500-000, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020; (ii) deliberar sobre a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31/12/2020; e (iii) deliberar sobre a remuneração global dos administradores e a correspondente distribuição. A Diretoria informa aos Acionistas que foram publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, edição de 15 de abril de 2021, n.º 071, Parte V, página 21, e no Jornal Diário Comercial, edição de 15 de abril de 2021, Caderno Econômico, página 50, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei n.º 6.404/1976, a saber: (i) o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social encerrado em 31/12/2020; (ii) as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020; e (iii) o parecer dos auditores independentes ("Documentos da Administração"). Adicionalmente, informa que os

Documentos da Administração também se encontram disponíveis aos Acionistas na sede da Companhia, de segunda-feira a sexta-feira, das 09h00min às 18h00min, ou mediante solicitação pelo e-mail juridico.ca@cimentonacional.com. Cantagalo/RJ, [data da primeira publicação 24 de junho de 2021.

Id: 2323837

UPIC - USINA PUREZA INDUSTRIA E COMERCIO S.A.
CNPJ Nº 28.929.354/0001-34

NIRE Nº 33300161368

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Ficam convocados os acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, na sede da Companhia na Rua dos Andradas, nº 30, Sobre Loja, Centro, Campos dos Goytacazes, RJ, CEP nº 28.010-300, às dez horas do dia 01 de julho de 2021, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Alteração da quantidade mínima do quadro da diretoria da Companhia, com alteração do Artigo 12º do Estatuto Social e revogação dos Artigos 20 e 21 do Estatuto Social; e (II) Eleição dos membros da Diretoria, fixando mandato e remuneração. Rio de Janeiro, 23 de junho de 2021. Marcus Vinicius de Abreu Elias - Diretor Presidente

Id: 2324372

Condomínios

CONDOMÍNIO BARRAMARES GERAL

CNPJ nº 29.270.022/0001-53

CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA. Por solicitação do Sr. Síndico Geral, convocamos os senhores condôminos para a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no Clubinho Underground, no próximo dia **07 de julho de 2021**, às 20:00 horas em primeira ou às 20:30 horas, em segunda e última convocação, com qualquer número de condôminos presentes, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **1. Validar as procurações de acordo com o Art. 654 parágrafos 1 e 2 e Art. 657 do Código Civil e Artigo 23 da Convenção; 2. Deliberar e submeter à aprovação as contas do exercício de maio/2020 a abril/2021, mediante o parecer do Conselho; 3. Aprovar que venha ser feita a transferência do saldo remanescente da conta Fundo de Reserva para conta Condomínio, referente ao exercício 2020/2021; 4. Submeter e aprovar a fixação do pró-labore do Síndico Geral e dos Subsíndicos; 5. Deliberar e submeter à aprovação a previsão orçamentária para o período de maio/2021 a abril/2022; 6. Ratificar a autorização para que o Condomínio submeta à Fundação de Parques e Jardins solicitação de remoções de árvores, que requeiram o manejo recomendado no Inventário do Parque Arbóreo do Condomínio, assim como deliberações sobre podas; 7. Assuntos Gerais. Observações:** 1 - Em função das medidas preventivas em vigor, informamos que pretendemos realizar a AGO de forma objetiva e curta. Adotaremos o espaço de dois metros entre os presentes, além do uso obrigatório de máscaras e álcool gel. 2 - A prestação de contas e a previsão orçamentária estão à disposição de todos na Administração do Condomínio. Os participantes das deliberações deverão estar em dia com o pagamento de suas contribuições condominiais. As pessoas que comparecerem na qualidade de representantes de Condôminos, deverão apresentar as respectivas procurações e caso haja, os subestabelecimentos deverão estar com firma reconhecida (Código Civil - Art. 654 § 1º e 2º Artigo 657). Rio de Janeiro, 18 de junho de 2021. Atenciosamente, BAP - Administração de Bens Ltda.. Antonio Carlos Borges.

Id: 2324042

Chegou o SuperaRJ, o auxílio emergencial do Governo do Estado. É comida na mesa de quem mais precisa.

Para ajudar a superar este momento difícil, o Governo do Estado criou o SuperaRJ. O programa vai beneficiar milhares de famílias com até R\$ 300 por mês. E também vai oferecer crédito de até R\$ 50 mil para micro e pequenos negócios, empreendedores e autônomos. É renda e crédito para superar as dificuldades.

Até R\$ 300 por mês

.SUPERA RJ

Acesse superarj.rj.gov.br ou ligue gratuitamente para 0800 071 7474



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
SEM TEMPO A PERDER



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

documento
assinado
digitalmente

A assinatura não possui validade quando impresso.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ELEVA EDUCACAO S A

NIRE: 333.0030675-7 Protocolo: 00-2021/288015-2 Data do protocolo: 16/07/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/07/2021 SOB O NÚMERO 00004157858 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 09414FA670C79F7517B9B20864125F8B07859476745D426B8A21C1726AF89F96

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCERJA
assinado digitalmente

Pag. 09/23

⁂ A venda é efetuada ao sócio que oferecer o melhor preço, devendo o sócio adjudicatário depositar na conta da Sociedade com a identificação (a ser decidido), num prazo máximo de cinco (5) dias após a adjudicação feita nesta mesma Assembleia Geral Extraordinária, e por conta do preço que ofereceu, vinte por cento (20%) do valor da sua oferta, sob pena de, não o fazendo, a mesma se considerar não válida.

⁂ Caso o sócio adjudicatário não realize, no prazo estabelecido, o depósito a que se refere o ponto anterior, a segunda maior oferta (e assim sucessivamente, as restantes maiores ofertas), se existir, passa a ser considerada a melhor oferta e o processo acima previsto repete-se quanto ao respectivo sócio licitante, que deverá de imediato ser notificado pela Sociedade para proceder ao depósito de vinte por cento (20%) do valor da sua proposta.

⁂ Estando em condições para a realização da escritura, a Sociedade notificará o sócio licitante vencedor para agendamento do ato de transmissão da propriedade do Imóvel o qual, em qualquer caso, se deverá concretizar e formalizar no prazo máximo de trinta (30) dias após a adjudicação ao sócio preferente, concretizada nesta mesma Assembleia Geral Extraordinária, com uma possível extensão deste prazo por mais trinta (30) dias, se isso for do interesse e decisão da Sociedade.

⁂ Se o ato de transmissão da propriedade do Imóvel não se realizar no prazo estabelecido por motivo imputável ao sócio licitante vencedor, o depósito efetuado reverterá integralmente a favor da Sociedade, a título de cláusula penal, passando a segunda maior oferta (e assim sucessivamente, as restantes maiores ofertas), se existir, a ser considerada a melhor oferta e o processo acima previsto repete-se quanto ao respectivo sócio licitante.

⁂ Não havendo, porém, sócios licitantes, a venda deverá ser concretizada através da consulta imediata do mercado imobiliário do Rio de Janeiro, em 3 (três) agências imobiliárias de prestígio, que, no prazo de vinte (20) dias, cotarão o Imóvel para venda.

⁂ Neste caso, a venda é promovida também de imediato, pelo maior dos valores indicados, e concretizada pelo valor da oferta firme e escrita que o Administrador receba e que mais se aproximar daquele valor de promoção.

⁂ Havendo apenas uma oferta, o Imóvel será vendido pelo valor oferecido.

⁂ Se nenhuma oferta firme for recepcionada, a Administração fica legítima para vender o Imóvel por ajuste direto, ao melhor preço que for oferecido.

⁂ Em qualquer caso, esta modalidade de venda por consulta do mercado imobiliário deve estar concretizada e formalizada no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da deliberação social de venda.

(2) Mandatar a Sócia-Administradora Deila Silvana Alves Leiria Kiuchi, para executar e representar a Sociedade em todos os atos destinados à execução das deliberações tomadas no âmbito dos pontos anteriores, e designadamente nos procedimentos e na venda do Imóvel nos termos do item (1) da ordem do dia, se aprovado e nos termos em que o for.

Em obediência ao artigo 1074 do Código Civil, a Assembleia Geral Extraordinária instala-se, em primeira chamada, com três quartos (3/4) dos votos do capital social e, em segunda chamada, com qualquer número.

Na matéria relativa ao item (1) da ordem do dia, e uma vez que se considera ser este assunto relevante para a Sociedade, nos termos da parte final da Cláusula Nona do Contrato Social, a Assembleia Geral Extraordinária delibera por maioria absoluta do capital social.

E na matéria correspondente ao item (2), pela maioria simples dos votos emitidos, seja qual for a percentagem do capital social nela representado.

Os sócios que não puderem comparecer na data e no horário marcado poderão se fazer representar por procuradores devidamente constituídos nos termos da lei através da outorga de mandato, devidamente legalizado e com especificação precisa dos poderes e dos atos autorizados.

Sob proposta da sócia Maria Cristina de Melo Champalimaud Lino, a ata desta reunião da Assembleia Geral Extraordinária é lavrada por notário, em instrumento avulso.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 2021.
Deila Silvana Alves Leiria Kiuchi - CPF/MF n.º 789917.497-04

Id: 2324046

ELEVA EDUCAÇÃO S.A.

CNPJ: 17.765.891/0001-70 - NIRE: 33.3.0030675-7 - Cia. Fechada
Edital de Convocação. Ficam convocados os acionistas da Eleva Educação S.A. ("Cia.") na forma prevista no art. 124 da Lei 6.404/76, a comparecerem à AGO ("Assembleia"), a realizar-se no dia 05/07/2021, às 10h, na sede social da Cia., situada na Rua Rodrigo de Brito, 13, Botafogo/RJ, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e da proposta da administração relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2018; (ii) ratificar a destinação do resultado apurado do exercício social encerrado em 31/12/2018; (iii) a reapresentação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2019; (iv) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e da proposta da administração

ção relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020; e (v) deliberar sobre a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31/12/2020. Os documentos enunciados estarão disponíveis para cópias na sede da Cia.. Para exercer seus direitos, os acionistas deverão comparecer à Assembleia Geral portando documento de identidade. Nos termos do art. 126 da Lei 6.404/76, os acionistas poderão ser representados por procurador, desde que estes apresentem o respectivo instrumento de mandato, com firma reconhecida em cartório. RJ, 24/06/2021. **Rafaela Dantas Rodenburg**, Presidente do Conselho de Administração.

Id: 2323828

TPV INOVA SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S.A.

CNPJ/MF nº 05.221.594/0001-84 - NIRE 33.3.0029152-1

Aviso aos Acionistas. Ficam os Srs. Acionistas informados que se encontram à sua disposição, na sede social à Praia de Botafogo, 518, 11º andar, Botafogo/RJ, conforme art. 133 da lei 6.404/76: (i) o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo em 31.12.2020; (ii) a cópia das demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2020; (iii) os demais documentos pertinentes a assuntos incluídos na ordem do dia da AGO a ser realizada às 10h do dia 27.07.2021, na sede social. **Paulo Lerner Froimitchuk**, Presidente do Conselho de Administração.

Id: 2323829

Órgãos de Representação Profissional

SETVERJ - SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE VALORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CNPJ 40184889/0001-29

CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocadas as Empresas de Transporte de Valores do Estado do Rio de Janeiro, para Assembleia Geral Extraordinária dia 12/07/21 às 10:00h em primeira convocação e às 11:00h. em segunda convocação (com qualquer número de presenças), na Rua da Alfândega, 91 sala 202 - Centro, R.J., para negociar Convenção Coletiva de Trabalho com o SINDIFORTE do Mun. RJ; com o SINDIVALORES/RJ e com Sindicato de Petrópolis e Região. Rio, 25/06/21. Ass.: Alexandre Andrade Mageck Belmiro - Presidente.

Id: 2324269



Dentro de um livro
a gente encontra
mais que histórias,
encontra cidadania.



Ler é o maior barato!



programamaisleitura



Imprensa
Oficial



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

documento
assinado
digitalmente

A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.

Assinado digitalmente em Sexta-feira, 25 de Junho de 2021 às 19:37:40 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ELEVA EDUCACAO S A

NIRE: 333.0030675-7 Protocolo: 00-2021/288015-2 Data do protocolo: 16/07/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/07/2021 SOB O NÚMERO 00004157858 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 09414FA670C79F7517B9B20864125F8B07859476745D426B8A21C1726AF89F96

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCERJA
assinado digitalmente

Pag. 11/23

<

ELEVA EDUCAÇÃO S.A.
CNPJ: 17.765.891/0001-70

financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas transações e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **4.12 Provisões:** As provisões, incluindo aquelas relacionadas com ações judiciais (trabalhista, civil e tributária), são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual refleta, as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **4.13 Provisão para desmobilização de ativos:** Representa a estimativa de gastos futuros de restauração das edificações alugadas em que as unidades de ensino estão localizadas. São reconhecidos em contrapartida na conta de imobilizado pelo seu valor presente, descontado a uma taxa de crédito ajustado, como parte do valor dos ativos que lhes deu origem, desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia. Os juros incorridos pela atualização da provisão estão classificados como despesas financeiras. As estimativas de desmobilização, revisadas anualmente, sofrem depreciação nas mesmas bases dos ativos principais. **4.14 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos, excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. **4.15 Benefícios a empregados: (a) Remuneração com base em ações:** A Companhia opera um plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais, a entidade recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos do patrimônio líquido (opções) da Companhia. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico). O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas). Na data de cada balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço. A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido. Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas. **(b) Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta a política da Companhia após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). **4.16 Capital social:** As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações e opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **4.17 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como, das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **(a) Receita de serviços educacionais:** A receita com prestação de serviços educacionais é composta, substancialmente, pela mensalidade de colégios e cursos preparatórios. A receita da prestação de serviços é reconhecida no período contábil durante o qual os serviços são prestados. Os clientes recebem as faturas mensalmente e a contraprestação se torna exigível assim que a fatura é emitida. **(b) Receita de venda de material didático:** A companhia fabrica e vende material didático para as entidades do Grupo e para terceiros. As vendas são reconhecidas quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o cliente, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega ocorre quando os produtos são enviados para o local especificado, os riscos de obsolescência e perda são transferidos para o cliente, o cliente aceita os produtos, de acordo com o contrato de venda, e as disposições de aceite tenham prescritos ou o Grupo tem evidências objetivas de que todos os critérios de aceite das mercadorias foram atendidos. Um recebível é reconhecido quando os produtos são entregues, uma vez que é nessa ocasião que a contraprestação se torna incondicional, porque apenas a passagem do tempo é necessária antes de o pagamento ser efetuado. **(c) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/ (perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (2017 - títulos disponíveis para venda, investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis) é calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva e é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas). A receita financeira total decorrente de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado no exercício foi de R\$ 5.063 (2017: R\$ 4.993) no consolidado. **4.18 Normas novas que ainda não estão em vigor:** A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB mas não está em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **CPC 06/IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil"** IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora

do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. O Grupo definiu uma equipe para o projeto que revisou todos os contratos de arrendamento do Grupo durante o último ano em face das novas regras contábeis de arrendamento no IFRS 16. A norma irá afetar, em especial, a contabilização dos arrendamentos operacionais do Grupo. Conforme descrito na Nota 27, o Grupo tem R\$ 256.856 de compromissos com arrendamento mercantil operacional dos quais o Grupo espera reconhecer ativos e passivos de direito de uso de aproximadamente R\$ 187.000 em 1º de janeiro de 2019. O aumento do passivo de arrendamento devido ao reconhecimento do direito de uso dos ativos resulta em um aumento na dívida líquida da Companhia, sendo a depreciação e os juros reconhecidos na demonstração do resultado como uma substituição das despesas de arrendamento operacional ("aluguel"). O Grupo pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá representar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor do passivo de arrendamento no momento da adoção (ajustado em relação a quaisquer despesas de arrendamento pagas antecipadamente ou acumuladas). Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **4.19 Mudanças nas principais políticas contábeis:** As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018 e tiveram impactos para o Grupo: **CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes:** Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de transferência de riscos e benefícios. Ela entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC 17 - "Contratos de Construção" e a IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. O Grupo não sofreu nenhum impacto significativo em função da adoção desta norma. **CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:** O CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilidade das exigências para adoção da contabilidade de hedge. **(i) Classificação e mensuração dos ativos financeiros:** O CPC 48/IFRS 9 traz uma nova abordagem na classificação e mensuração de ativos financeiros, a qual, considera tanto o modelo de negócios em que os ativos são administrados quanto suas características de fluxo de caixa. A norma classifica os ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (CA); (ii) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias propostas pelo IAS 39 (CPC 38) de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. Abaixo são demonstradas a classificação dos ativos financeiros anteriores, bem como, posteriores a classificação a partir da data de adoção em 1º de janeiro de 2018:

Ativos financeiros	Classificação anterior	Controladora	
		Adoção inicial	
	Valor justos por meio do resultado	CPC 48	1º/01/18
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis		
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis		
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis		
(ii) Classificação e mensuração dos passivos financeiros: O CPC 48/IFRS 9 mantém grande parte dos requerimentos do CPC 38 para a classificação de passivos financeiros. Contudo, de acordo com o CPC 38, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48/IFRS 9, estas alterações de valor justo são, geralmente, apresentadas da seguinte forma: (i) o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro é apresentado em outros resultados abrangentes (ORA); e (ii) o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado. O Grupo não designou ou pretende designar passivos financeiros como valor justo por meio do resultado (VJR), sendo assim, não houve qualquer impacto esperado na classificação de passivos financeiros, de acordo com os requerimentos do CPC 48. (iii) Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros: A IFRS 9/CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O Grupo aplicou a abordagem simplificada e registrou perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes. Como resultado, a provisão para devedores duvidosos aumentou em R\$ 11.027 (consolidado), reduzindo o patrimônio líquido no início do exercício 2018, data da adoção inicial dessa nova norma.			
Balanco patrimonial		31/12/17	CPC 48
Ativo			
Total do ativo Circulante		6.957	—
Investimentos		67.787	(10.837)
Outros ativos		326.403	—
Total do ativo não circulante		394.190	(10.837)
Total do ativo		401.147	(10.837)
Passivo e patrimônio líquido			
Total do passivo circulante		13.689	—
Passivo descoberto		46.448	369
Outros passivos circulantes		37.942	—
Total do passivo não circulante		84.390	369
Capital Social		253.502	—
Prejuízos acumulados		(80.510)	(11.206)
Custos com captação de recursos		(10.184)	—
Outros resultados abrangentes		(19.452)	—
Reservas de capital		159.712	—
Total do patrimônio líquido		303.068	(11.206)
Total do passivo e patrimônio líquido		401.147	(10.837)
Balanco patrimonial		31/12/2017	CPC 48
Ativo			
Contas a receber		53.749	(11.206)
Outros ativos		86.106	—
Total do ativo circulante		139.855	(11.206)
Total do ativo não circulante		494.347	—
Total do ativo		634.202	(11.206)
Passivo e patrimônio líquido			
Total do passivo circulante		181.913	—
Total do passivo não circulante		149.362	—
Capital social		253.502	—
Prejuízos acumulados		(80.510)	(11.206)
Custos com captação de recursos		(10.184)	—
Outros resultados abrangentes		(19.452)	—
Reservas de capital		159.712	—
Participação dos não controladores		(141)	—
Total do patrimônio líquido		302.927	(11.206)
Total do passivo e patrimônio líquido		634.202	(11.206)

5. Gestão de risco financeiro: 5.1. Fatores de risco financeiro: As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A gestão de risco é realizada pela diretoria financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho. **(a) Risco de mercado: (i) Risco com taxa de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade

de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade destas taxas. O Grupo está exposto à oscilação da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que remunera, substancialmente, suas aplicações financeiras e suas dívidas. **(b) Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. O risco de crédito é administrado corporativamente. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com *rating* mínimo "A" na escala de *Standard and Poor's*. No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua experiência passada e outros fatores. **Impairment de ativos financeiros:** Os seguintes ativos financeiros mantidos pelo Grupo estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas: • contas a receber de clientes por vendas de material didático e decorrentes de provisão de serviços educacionais; e • ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos às exigências de *impairment* do IFRS 9/CPC 48, não foi identificada perda por *impairment* nesses ativos. **Contas a receber de clientes:** O Grupo aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes. Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes foram agrupados com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento de vendas durante um período de 24 meses antes de 31 de dezembro de 2018 ou de 1º de janeiro de 2018, respectivamente, e as perdas de crédito históricas correspondentes incorridas durante esse período. As taxas de perdas históricas são ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis. Sendo assim, a provisão para perdas em 31 de dezembro de 2018 e 1º de janeiro de 2018 (data de adoção inicial do IFRS 9/CPC 48) foi determinada para contas a receber de clientes da seguinte forma:

	A vencer	Mais de 30 dias em atraso	Mais de 60 dias em atraso	Mais de 120 dias em atraso	Total
31 de dezembro de 2018					
Taxa de perdas esperadas - %	38,3%	66,5%	66,5%	66,5%	
Valor contábil bruto -					
contas a receber de clientes	30.435	13.256	8.805	110.475	162.971
Provisão para perdas	(11.661)	(8.811)	(5.853)	(73.434)	(99.759)
1o de janeiro de 2018					
Taxa de perdas esperadas - %	40,0%	66,9%	66,9%	66,9%	
Valor contábil bruto -					
contas a receber de clientes	28.577	7.312	4.670	64.860	105.419
Provisão para perdas	(11.433)	(4.895)	(3.126)	(43.422)	(62.876)

A movimentação da provisão para perdas é demonstrada a seguir:

		Contas a receber de clientes	
		2018	2017
1º de janeiro - cálculo segundo o IAS 39/CPC 38		51.670	33.120
Provisão inicial para perdas em 1º de janeiro de 2018 - calculada conforme o IFRS 9/CPC 48		11.206	—
Aumento na provisão para perdas reconhecida no resultado do exercício		36.883	18.550
Em 31 de dezembro		99.759	51.670

As contas a receber de clientes e os ativos de contratos são baixados quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com o Grupo ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas há mais de 180 dias. As perdas por *impairment* em contas a receber de clientes são apresentadas como perdas por *impairment* líquidas, no lucro operacional. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na mesma conta. **Política contábil anterior para impairment de contas a receber de clientes** No exercício anterior, o *impairment* de contas a receber foi avaliado com base no modelo de perdas incorridas. As contas a receber individuais incorríveis foram baixadas por meio da redução direta do valor contábil. As demais contas a receber foram avaliadas de forma coletiva a fim de determinar se havia evidências objetivas de deterioração (*impairment*) incorrida, mas que não fora identificada ainda. Para esses recebíveis, as perdas por *impairment* estimadas foram reconhecidas em uma provisão para *impairment* separada. O Grupo considerou que havia evidência de *impairment* se algum dos indicadores a seguir fosse identificado: • Dificuldades financeiras significativas do devedor; e/ou • Inadimplência ou atraso em pagamentos (superior a 180 dias de atraso). Os recebíveis para os quais uma provisão para *impairment* foi reconhecida foram baixados em relação à provisão nos casos em que não havia mais expectativa de recuperação adicional de caixa. **Ativos financeiros ao custo amortizado:** Todos os investimentos em títulos de dívida ao custo amortizado são considerados de baixo risco de crédito e a provisão para perdas reconhecida durante o período físico, portanto, limitada às perdas de crédito esperadas em 12 meses. **(c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e agregada pela diretoria financeira. Esta diretoria monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A tabela a seguir, analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018			
Fornecedores	492	—	—
Partes relacionadas	—	2.213	—
Empréstimos e financiamentos	5.968	—	—
Em 31 de dezembro de 2017			
Fornecedores	416	—	—
Partes relacionadas	—	17.698	—
Empréstimos e financiamentos	5.615	5.979	—

	Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018			
Fornecedores	17.285	—	—
Partes relacionadas	—	4.089	—
Aquisição de participação societária	41.736	56.629	58.088
Empréstimos e financiamentos	7.473	—	281.530
Em 31 de dezembro de 2017			
Fornecedores	9.092	—	—
Partes relacionadas	—	16.091	—
Aquisição de participação societária	29.937	66.836	—
Empréstimos e financiamentos	50.852	22.456	6.298

5.2. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice dívida líquida dividida por EBITDA. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Lucas Sandoval Fernandes - CRC MG-112625/O-9.
Notas Explicativas completas e o Relatório do Auditor encontram-se na sede da Empresa.

ELEVA EDUCAÇÃO S.A.

CNPJ: 17.765.891/0001-70

Balancos Patrimoniais (Em R\$ mil)				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Ativo	3.391	6.957	269.935	139.855
Circulante	573	4.469	159.522	54.839
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	—	—	63.212	53.749
Contas a receber (Nota 8)	—	—	2.003	5.475
Estoques (Nota 9)	1.424	1.176	18.923	10.702
Impostos a recuperar (Nota 10)	1.394	1.312	26.058	14.973
Adiantamento diversos	—	—	217	117
Outras contas a receber	162.370	200.340	639.470	463.879
Não circulante	266.317	193.850	16.534	30.468
Realizável a longo prazo	—	—	3.557	13.356
Depósito judicial(Nota 19)	266.317	193.850	—	760
Partes relacionadas (Nota 25)	—	—	—	—
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 24)	—	—	12.977	16.352
Investimentos (Nota 11)	36.837	67.787	947	1.578
Imobilizável (Nota 12)	2.005	1.164	171.736	99.953
Intangível (Nota 13)	123.528	131.389	466.787	362.708
Total do ativo	432.078	401.147	925.939	634.202

Passivo e patrimônio líquido				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Circulante	16.263	13.689	213.453	181.913
Fornecedores (Nota 14)	492	416	17.285	9.092
Salários e encargos sociais (Nota 17)	4.310	3.887	85.941	49.951
Impostos a recolher (Nota 10)	—	—	41.137	12.286
Adiantamento de clientes	5.858	3.956	42.717	33.004
Aquisição de participações societárias (Nota 15)	—	—	39.189	28.806
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	5.603	5.430	7.184	48.774
Não circulante	53.749	84.390	350.603	149.362
Aquisição de participações societárias (Nota 15)	—	—	81.533	64.312
Partes relacionadas (Nota 25)	2.213	17.688	4.089	16.091
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	—	5.581	205.316	26.824
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 24)	10.458	14.663	22.851	23.106
Parcelamentos tributários (Nota 18)	—	—	13.049	1.601
Participação em perdas de investimentos (Nota 11)	40.474	46.448	—	—
Provisão de desmobilização	—	—	20.950	15.289
Passivos contingentes (Nota 19)	604	—	2.815	2.139
Patrimônio líquido	362.065	303.068	361.883	302.927
Capital social (Nota 20)	337.717	253.502	337.717	253.502
Reservas de capital	174.292	153.712	174.292	159.712
Custo com captação de recursos	(10.184)	(10.184)	(10.184)	(10.184)
Outros resultados abrangentes	(19.452)	(19.452)	(19.452)	(19.452)
Prejuízos acumulados	(120.307)	(80.510)	(120.307)	(80.510)
Participação dos não controladores	362.066	303.068	362.066	303.068
Total do passivo e patrimônio líquido	432.078	401.147	925.939	634.202

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. 1. Contexto operacional. A Eleva Educação S.A. (a "Companhia" ou "Eleva") é uma empresa de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, Brasil, e atua, em conjunto com as suas controladas ("Grupo"), em três principais segmentos de negócio relacionados à prestação de serviços educacionais: • Educação regular (ensino infantil, ensino fundamental e médio); • Cursos livres (cursos preparatórios para concursos militares, vestibulares etc.); • Produção e venda de material didático. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 30 de março de 2019. **2. Base de preparação.** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 4. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício do julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como, as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 28. **(a) Demonstrações financeiras individuais.** As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. **(b) Demonstrações financeiras consolidadas.** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. **3. Consolidação.** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes sociedades controladas (diretas e indiretas) relacionadas a seguir. As políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na Nota 4.1:

Controlada	Tipo de negócio	2018	2017
Centro Preparatório Aristóteles Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%
Editora ElevaLtda.	Comércio de material didático	100%	100%
Centro de Ensino Sócrates Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%
Centro de Ensino Copérnico Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%
Centro de Ensino Descartes Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%
Centro de Ensino Montequieu Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%
Centro de Ensino LaoTse Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%
Centro de Ensino Voltaire Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%
Centro de Ensino Maquiavel Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%
Centro de Ensino Espinoza Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%
Centro de Ensino Galileu Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%
Centro de Ensino Arquimedes Ltda.	Serviços Educacionais	75%	75%
Kazumi Participações Ltda.	Comércio de vestuário	100%	100%
Pensl Educação e Participações S.A.	Holding	100%	100%
Walella Participações S.A.	Holding	100%	100%
Sociedade Educacional A Passos Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%
ColegioVimasa S.A.	Serviços Educacionais	100%	100%
Sistema Elite de Ensino S.A.	Serviços Educacionais	100%	100%
Colegio Eleva Educação Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%
Centro de Ensino Kelsen Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%
Colegio GaloryBentoso Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%
Centro Educacional Piazza Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%
Prevel Sistema de ensino Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%
Sociedade Educacional Alfa Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%
Alfainter Comercio de Materiais Didáticos Ltda.	Comércio de material didático	100%	100%
Mabe- Moderna Associação Brasileira de Ensino Médio Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%
Sociedade Educacional Colorindo o Mundo Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%
Colegio Aliança Junior Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%
Integral Plus	Serviços Educacionais	100%	100%
Curso Martins Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%
Centro de Educação Infantil Novo Mundo	Serviços Educacionais	100%	100%
Externato Santa Ignez	Serviços Educacionais	100%	100%
Sociedade Educacional Lobo Torres S/S Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%
Grache Escola Lobo Torres Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%
Grupo Tales de Ensino Ltda. - EPP.	Serviços Educacionais	100%	100%
Colegio Colibri - Master Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%
Bedran e Dornas Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%
J3H Educacional Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%
Delphos Educacional Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%
Nota Dez Educacional Douradense Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%
Nota Dez Educacional Potaporense Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%
Nota Dez Comércio de Material Didático Ltda.	Comércio de material didático	100%	100%
CEM - Centro de Educação Maracaense Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%
Os Batutinhos - Espaço de Educação Infantil Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%
Casa Amarela Espaço de Educação Infantil Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%
Instituto Iguazuano de Ensino Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%
Centro de Educação Pantanal Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%
Centro de Educação Integrada Mais Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%
Centro de Educação Integrada Zona Sul Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%
Centro Educacional Albert Einstein - Colégio e Curso Master Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%
Sociedade de Ensino Regular S/S Ltda. - Epp.	Serviços Educacionais	100%	100%
Instituto de Educação e Cultura Bernardo e Siqueira Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%
Instituto Santa Rosa Cabo Frio Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%
Instituto Siqueira e Bernardo Ltda. - ME.	Serviços Educacionais	100%	100%

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (Em R\$ mil)										
Reservas de capital										
	Capital social	Capital a integrar	Custos com captação de recursos	Opções Outorgadas	Reserva de capital	Ágio na subscrição de ações	Reserva especial de ágio	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido dos controladores
Em 1º de janeiro de 2017	110.461	—	—	9.979	—	125.435	16.432	(19.452)	(66.553)	176.302
Aumento de capital (Nota 20)	216.690	—	—	—	—	—	—	—	—	216.690
Capital a integralizar (Nota 20)	—	(73.649)	—	—	—	—	—	—	—	(73.649)
Redução de não controladores	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Opções outorgadas reconhecidas (Nota 20)	—	—	—	7.866	—	—	—	—	—	7.866
Gastos com emissão de ações	—	—	(10.184)	—	—	—	—	—	—	(10.184)
Prejuízo do exercício	—	—	—	—	—	—	—	(13.957)	(13.957)	291
Em 31 de dezembro de 2017	327.151	(73.649)	(10.184)	17.845	—	125.435	16.432	(19.452)	(80.510)	303.068
Adoção inicial IFRS 09/CPC 48 (Nota 4.19)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Saldo em 1º de janeiro de 2018	327.151	(73.649)	(10.184)	17.845	—	125.435	16.432	(19.452)	(91.716)	291.862
Aumento de capital (Nota 20)	10.566	73.649	—	—	11.027	—	—	—	—	95.242
Participação de não controladores	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Opções outorgadas reconhecidas (Nota 20)	—	—	—	3.553	—	—	—	—	—	3.553
Prejuízo do exercício	—	—	—	—	—	—	—	(28.591)	(28.591)	86
Em 31 de dezembro de 2018	337.717	—	(10.184)	21.398	11.027	125.435	16.432	(19.452)	(120.307)	362.066

Demonstração do Resultado				
(Em R\$ mil, exceto prejuízo por ação)				
	2018	2017	2018	2017
Receita líquida das atividades (Nota 21)	—	—	636.563	442.275
Custo dos serviços prestados (Nota 22)	—	—	(271.588)	(158.635)
Lucro bruto	—	—	364.975	283.641
Despesas comerciais (Nota 22)	(2)	(73)	(54.232)	(32.347)
Despesas administrativas (Nota 22)	(22.090)	(25.037)	(303.496)	(234.760)
Outras receitas (despesas) operacionais	—	—	219	(3.558)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 11)	(10.422)	10.475	(49)	137
Lucro (prejuízo) operacional	(32.515)	(14.635)	7.417	13.113
Receitas financeiras (Nota 23)	734	2.178	5.083	4.993
Despesas financeiras (Nota 23)	(1016)	(2.839)	(18.694)	(16.760)
Despesas financeiras, líquidas	(282)	(661)	(13.631)	(11.767)
Lucro (Prejuízo) antes do I. R. e da C. S.	(32.796)	(15.296)	(6.215)	1.346
I. R. e C. S. correntes e diferidos (Nota 24)	4.205	1.339	(22.291)	(15.012)
Prejuízo do exercício	(28.591)	(13.957)	(28.505)	(13.666)
Atribuível a: Acionistas da Companhia	(28.591)	(13.957)	(28.591)	(13.957)
Participação dos não controladores	—	—	86	291
Prejuízo básico e diluído por ação - RS	(28.591)	(13.957)	(28.505)	(13.666)

Demonstração do Resultado Abrangente				
(Em R\$ mil)				
	2018	2017	2018	2017
Prejuízo do exercício	(28.591)	(13.957)	(28.505)	(13.666)
Resultado abrangente do exercício	(28.591)	(13.957)	(28.505)	(13.666)
Sociedade Educacional Contemporânea Ltda.	Serviços Educacionais	100%		
Sociedade Educacional Águia Ltda.	Serviços Educacionais	100%		
Águia Pré Universitário Ltda.	Serviços Educacionais	100%		
Sociedade Educacional Sulmatogrossense Ltda.	Serviços Educacionais	100%		
Instituto Pedagógico Professora Maria Dolores Ltda.	Serviços Educacionais	100%		
Instituto Máxima de Educação Ltda.	Serviços Educacionais	100%		
Colégio Castelo EIRELI - Epp.	Serviços Educacionais	100%		
Centro de Recreação Infantil Searam EIRELI - EPP.	Serviços Educacionais	100%		
Agility Educacional Ltda.	Serviços Educacionais	100%		
Instituto de Educação Básica do Estado de Goiás - IBEG Ltda.	Serviços Educacionais	100%		

As demonstrações financeiras consolidadas não incluem as operações da seguinte sociedade controlada em conjunto, cuja participação é reconhecida pelo método de equivalência patrimonial.

Empresa	Tipo de negócio	2018	2017
QG do Enem Cursos Online S.A.	Cursos online	49,9%	49,9%

4. Resumo das principais políticas contábeis. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **4.1. Consolidação.** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. **(a) Controladas.** Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) das quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos na aquisição da controlada em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na aquisição, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controladora no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. **(b) Transações com participações de não controladores.** O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". **(c) Empreendimentos controlados em conjunto.** Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor. As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais do Grupo. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionadas aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras. Nos exercícios de 2017 e de 2018 o Grupo não possuía investimentos em operações em conjunto. Os investimentos em *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto. Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas *joint ventures* são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. **4.2. Moeda funcional e moeda de apresentação.** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. **4.3. Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **4.4. Ativos financeiros.** **4.4.1. Classificação.** A partir de 1º de janeiro de 2018, o Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado); • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de o Grupo ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **4.4.2 Reconhecimento e desreconhecimento.** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **4.4.3 Mensuração.** No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. **Instrumentos de dívida.** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio do Grupo para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. O Grupo classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir: • Custo amortizado - os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais, quando tais fluxos de

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Em R\$ mil)				
Controladora				
	2018	2017	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais	—	—	(32.796)	(15.296)
Lucro (prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	—	—	(32.796)	(15.296)
Ajustes de conciliação:	(5.402)	(8.218)	97.577	62.842

ELEVA EDUCAÇÃO S.A.

CNPJ: 17.765.891/0001-70

evento (ou eventos) de perda tivesse um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pudesse ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por *impairment* era mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo era reduzido e o valor do prejuízo era reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tivesse uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* era a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo poderia mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuísse e a diminuição pudesse ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente era reconhecida na demonstração do resultado. **4.5 Contas a receber de clientes.** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo do recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **4.6 Estoques.** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido da realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de impressão. O valor líquido de realização é o preço da venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **4.7 Ativos intangíveis. (a) Ágio.** O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso (i) da contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. **(b) Marcas registradas e licenças.** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo, menos a amortização acumulada. **(c) Relações contratuais com clientes.** As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo, menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente. **(d) Softwares.** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares, que será no mínimo de cinco anos. Os custos associados a manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **4.8 Imobilizado.** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuro associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue: **Anos.** Imóveis: 25; Máquinas e equipamentos: 10; Veículos: 5; Benfeitoria em imóveis de terceiros: 5 - 10; Móveis, utensílios e equipamentos: 10. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 4.9). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado. **4.9 Impairment de ativos não financeiros.** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação do *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual, representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins da avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente, para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido. **4.10 Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. **4.11 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas transações e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demandará um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **4.12 Provisões:** As provisões, incluindo aquelas relacionadas com ações judiciais (trabalhistas, civil e tributária), são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete, as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **4.13 Provisão para desmobilização de ativos:** Representa a estimativa de gastos futuros de restauração das edificações alugadas em que as unidades de ensino estão localizadas. São reconhecidos em contrapartida na conta de imobilizado pelo seu valor presente, descontado a uma taxa de crédito ajustado, como parte do valor dos ativos que lhes deu origem, desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia. Os juros incorridos pela atualização da provisão estão classificados como despesas financeiras. As estimativas de desmobilização, revisadas anualmente, sofrem depreciação nas mesmas bases dos ativos principais. **4.14 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre o renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre o renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos, excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. **4.15 Benefícios a empregados: (a) Remuneração com base em ações:** A Companhia opera um plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais, a entidade recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos do patrimônio líquido (opções) da Companhia. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico). O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido (período) durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data de cada balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço. A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido. Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação direta-

mente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas. **(b) Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta a política da Companhia após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). **4.16 Capital social:** As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações e opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **4.17 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como, das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda: **(a) Receita de serviços educacionais:** A receita com prestação de serviços educacionais é composta, substancialmente, pela mensalidade de colégios e cursos preparatórios. A receita da prestação de serviços é reconhecida no período contábil durante o qual os serviços são prestados. Os clientes recebem as faturas mensalmente e a contraprestação se torna exigível assim que a fatura é emitida. **(b) Receita de venda de material didático:** A companhia fabrica e vende material didático para as entidades do Grupo e para terceiros. As vendas são reconhecidas quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o cliente, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço da venda dos produtos, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfatória que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega ocorre quando os produtos são enviados para o local especificado, os riscos de obsolescência e perda são transferidos para o cliente, o cliente aceita os produtos, de acordo com o contrato de venda, e as disposições de aceite tenham prescrito ou o Grupo tem evidências objetivas de que todos os critérios de aceite das mercadorias foram atendidos. Um recebível é reconhecido quando os produtos são entregues, uma vez que é nessa ocasião que a contraprestação se torna incondicional, porque apenas a passagem do tempo é necessária antes do pagamento ser efetivado. **(c) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (2017 - títulos disponíveis para venda, investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis) é calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva e é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas). A receita financeira total decorrente de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado no exercício foi de R\$ 5.063 (2017: R\$ 4.993) no consolidado. **4.18 Normas novas que ainda não estão em vigor:** A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB mas não está em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo ASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **CPC 06/IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil"** IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil", com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. O Grupo definiu uma equipe para o projeto que revisou todos os contratos de arrendamento do Grupo durante o último ano em face das novas regras contábeis de arrendamento no IFRS 16. A norma irá afetar, em especial, a contabilização dos arrendamentos operacionais do Grupo. Conforme descrito na Nota 27, o Grupo tem R\$ 256.856 de compromissos com arrendamento mercantil operacional dos quais o Grupo espera reconhecer ativos e passivos de direito de uso de aproximadamente R\$ 187.000 em 1º de janeiro de 2019. O aumento do passivo de arrendamento devido ao reconhecimento do direito de uso dos ativos resulta em um aumento na dívida líquida da Companhia, sendo a depreciação e os juros reconhecidos na demonstração do resultado como uma substituição das despesas de arrendamento operacional ("aluguel"). O Grupo pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor do passivo de arrendamento no momento da adoção (ajustado em relação a quaisquer despesas de arrendamento pagas antecipadamente ou acumuladas). Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **4.19 Mudanças nas principais políticas contábeis:** As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018 e tiveram impactos para o Grupo: **CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes:** Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substitui o princípio de transferência de riscos e benefícios. Ela entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC 17 - "Contratos de Construção" e a IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. O Grupo não sofreu nenhum impacto significativo em função da adoção desta norma. **CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:** O CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilidade das exigências para adoção da contabilidade de hedge. **(i) Classificação e mensuração dos ativos financeiros:** O CPC 48/IFRS 9 traz uma nova abordagem na classificação e mensuração de ativos financeiros, a qual, considera tanto o modelo de negócios em que os ativos são administrados quanto suas características de fluxo de caixa. A norma classifica os ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (CA); (ii) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias e disposições para IAS 39 (CPC 38) de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. Abaixo são demonstradas a classificação dos ativos financeiros anteriores, bem como, posteriores a classificação a partir da data de adoção em 1º de janeiro de 2018.

Ativos financeiros	Classificação anterior	Classificação IFRS 9
	Valor justos por meio do resultado	Valor justos por meio do resultado
Caixa e equivalentes de caixa		
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

(ii) Classificação e mensuração dos passivos financeiros: O CPC 48/IFRS 9 mantém grande parte dos requerimentos do CPC 38 para a classificação de passivos financeiros. Contudo, de acordo com o CPC 38, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48/IFRS 9, estas alterações de valor justo são, geralmente, apresentadas da seguinte forma: (i) o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro é apresentado em outros resultados abrangentes (ORA); e (ii) o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado. O Grupo não designou ou pretende designar passivos financeiros como valor justo por meio do resultado (VJR), sendo assim, não houve qualquer impacto especial na classificação de passivos financeiros, de acordo com os requerimentos do CPC 48. **(iii) Valor recuperável (Impairment) de ativos financeiros:** A IFRS 9/CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O Grupo aplicou a abordagem simplificada e registrou perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes. Como resultado, a provisão para devedores duvidosos aumentou em R\$ 11.027 (consolidado), reduzindo o patrimônio líquido no início do exercício 2018, data da adoção inicial dessa nova norma.

Balanço patrimonial	Controladora		
	Adoção Inicial		
	31/12/17	CPC 48	1º/01/18
Ativo			
Total do ativo Circulante	6.957	—	6.957
Investimentos	67.787	(10.837)	56.950
Outros ativos	326.403	—	326.403
Total do ativo não circulante	394.190	(10.837)	383.353
Total do ativo	401.147	(10.837)	390.310
Passivo e patrimônio líquido			
Total do passivo circulante	13.689	—	13.689
Passivo descoberto	46.448	369	46.817
Outros passivos circulantes	37.942	—	37.942
Total do passivo não circulante	84.390	369	84.759
Capital Social	253.502	—	253.502
Prejuízos acumulados	(80.510)	(11.206)	(91.716)
Custos com captação de recursos	(10.184)	—	(10.184)
Outros resultados abrangentes	(19.452)	—	(19.452)
Reservas de capital	159.712	—	159.712
Total do patrimônio líquido	303.068	(11.206)	291.862
Total do passivo e patrimônio líquido	401.147	(10.837)	390.310

Balanço patrimonial	Consolidado		
	Adoção inicial		
	31/12/2017	CPC 48	1º/01/2018
Ativo			
Contas a receber	53.749	(11.206)	42.543
Outros ativos	86.106	—	86.106
Total do ativo circulante	139.855	(11.206)	128.649
Total do ativo não circulante	494.347	—	494.347
Total do ativo	634.202	(11.206)	622.996
Passivo e patrimônio líquido			
Total do passivo circulante	181.913	—	181.913
Total do passivo não circulante	149.362	—	149.362
Capital social	253.502	—	253.502
Prejuízos acumulados	(80.510)	(11.206)	(91.716)
Custos com captação de recursos	(10.184)	—	(10.184)
Outros resultados abrangentes	(19.452)	—	(19.452)
Reservas de capital	159.712	—	159.712
Participação dos não controladores	(141)	—	(141)
Total do patrimônio líquido	302.927	(11.206)	291.721
Total do passivo e patrimônio líquido	634.202	(11.206)	622.996

5. Gestão de risco financeiro: 5.1. **Fatores de risco financeiro:** As atividades do Grupo expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A gestão de risco é realizada pela diretoria financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho. **(a) Risco de mercado:** (i) **Risco com taxa de juros:** O risco associado à oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade destas taxas. O Grupo está exposto à oscilação da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que remunera, substancialmente, suas aplicações financeiras e suas dívidas. **(b) Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. O risco de crédito é administrado corporativamente. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com *rating* mínimo "A" na escala de *Standard and Poor's*. No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua experiência passada e outros fatores. **Impairment de ativos financeiros:** Os seguintes ativos financeiros mantidos pelo Grupo estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas: • contas a receber de clientes por vendas de material didático e decorrentes de provisão de serviços educacionais; e • ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos às exigências de *impairment* do IFRS 9/CPC 48, não foi identificada perda por *impairment* nesses ativos. **Contas a receber de clientes:** O Grupo aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes. Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes foram agrupados com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento de vendas durante um período de 24 meses antes de 31 de dezembro de 2018 ou de 1º de janeiro de 2018, respectivamente, e as perdas de crédito históricas correspondentes incorridas durante esse período. As taxas de perdas históricas são ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis. Sendo assim, a provisão para perdas em 31 de dezembro de 2018 e 1º de janeiro de 2018 (data de adoção inicial do IFRS 9/CPC 48) foi determinada para contas a receber de clientes da seguinte forma:

	Mais de 30 dias em atraso	Mais de 60 dias em atraso	Mais de 120 dias em atraso	Total
31 de dezembro de 2018	A vencer	em atraso	em atraso	
Taxa de perdas esperadas - %	38,3%	66,5%	66,5%	
Valor contábil bruto -				
contas a receber de clientes	30.435	13.256	8.805	110.475
Provisão para perdas	(11.661)	(8.811)	(5.853)	(73.424)
1º de janeiro de 2018				
Taxa de perdas esperadas - %	40,0%	66,9%	66,9%	
Valor contábil bruto -				
contas a receber de clientes	28.577	7.312	4.670	64.860
Provisão para perdas	(11.433)	(4.895)	(3.126)	(43.422)

A movimentação da provisão para perdas é demonstrada a seguir:

	Contas a receber de clientes	
	2018	2017
1º de janeiro - cálculo segundo o IAS 39/CPC 38	51.670	33.120
Provisão inicial para perdas em 1º de janeiro de 2018 - calculada conforme o IFRS 9/CPC 48	11.206	—
Aumento na provisão para perdas reconhecida no resultado do exercício	36.883	16.550
Em 31 de dezembro	99.759	51.670

As contas a receber de clientes e os ativos de contratos são baixados quando não há expectativa razoável de recuperação. Os índices de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com o Grupo ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas há mais de 180 dias. As perdas por *impairment* em contas a receber de clientes são apresentadas como perdas por *impairment* líquidas, no lucro operacional. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na mesma conta. **Política contábil anterior para impairment de contas a receber de clientes** No exercício anterior, o *impairment* de contas a receber foi avaliado com base no modelo de perdas incorridas. As contas a receber individuais incorríveis foram baixadas por meio da redução direta do valor contábil. As demais contas a receber foram avaliadas de forma coletiva a fim de determinar se havia evidências objetivas de deterioração (*impairment*) incorrida, mas que não fora identificada ainda. Para esses recebíveis, as perdas por *impairment* estimadas foram reconhecidas em uma provisão para *impairment* separada. O Grupo considerou que havia evidência de *impairment* se algum dos indicadores a seguir fosse identificado: • Dificuldades financeiras significativas do devedor; e/ou • Inadimplência ou atraso em pagamentos (superior a 180 dias de atraso). Os recebíveis para os quais uma provisão para *impairment* foi reconhecida foram baixados em relação à provisão nos casos em que não havia mais expectativa de recuperação adicional de caixa. **Ativos financeiros ao custo amortizado:** Todos os investimentos em títulos de dívida ao custo amortizado são considerados de baixo risco de crédito e a provisão para perdas reconhecida durante o período ficou, portanto, limitada às perdas de crédito esperadas em 12 meses. **(c) Risco de liquidez:** A provisão do fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e agregada pela diretoria financeira. Esta diretoria monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A tabela a seguir, analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018	492	—	—
Fornecedores	—	2.213	—
Partes relacionadas	5.968	—	—
Empréstimos e financiamentos	—	—	—
Em 31 de dezembro de 2017	416	—	—
Fornecedores	—	17.698	—
Partes relacionadas	5.615	5.979	—
Empréstimos e financiamentos	—	—	—

	Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018	17.285	—	—
Fornecedores	—	4.089	—
Partes relacionadas	41.736	56.629	58.088
Aquisição de participação societária	7.473	—	281.530
Empréstimos e financiamentos	—	—	—
Em 31 de dezembro de 2017	9.092	—	—
Fornecedores	—	16.091	—
Partes relacionadas	29.937	66.836	—
Aquisição de participação societária	50.852	22.456	6.298
Empréstimos e financiamentos	—	—	—

5.2. Gestão de capital: Os objetivos de Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condição com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice dívida líquida dividida por EBITDA. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Lucas Sandoval Fernandes - CRC MG-112625/0-9.
Notas Explicativas completas e o Relatório do Auditor encontram-se na sede da Empresa.

Id: 2320850

ELEVA EDUCAÇÃO S.A.

CNPJ: 17.765.891/0001-70

Balancos Patrimoniais (Em R\$ mil)				Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (Em R\$ mil)										
Ativo	Controladora		Consolidado	Custos		Reservas de capital		Outros resultados		Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido dos controladores	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	com cap	Opções	Agio na subscrição	Reserva especial de ágio	abrangentes					
Circulante	328.794	3.018	543.285	345.955										
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	277.110	16	371.492	185.540										
Contas a receber de clientes (Nota 6)	33.402	—	104.879	97.338										
Estoques (Nota 7)	10.499	—	10.499	8.421										
Impostos a recuperar (Nota 8)	4.162	1.426	40.448	28.153										
Adiantamento diversos (Nota 9)	3.621	1.576	11.078	25.710										
Despesas antecipadas	—	—	4.889	793										
Não circulante	680.385	352.560	158.600	25.212										
Depósito judicial (Nota 20)	—	—	5.138	4.709										
Partes relacionadas (Nota 10)	638.230	352.432	71.763	—		2.888								
Instrumentos financeiros (Nota 4.3.1)	1.627	—	1.627	—										
Adiantamento diversos (Nota 9)	—	—	3.348	12.990										
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 28)	40.528	128	76.724	7513										
Investimentos (Nota 11)	53.521	28.831	—	898										
Imobilizado (Nota 12)	21.687	4.629	554.832	481.354										
Intangível (Nota 13)	12.7845	119.613	707.538	532.497										
	203.053	153.073	1.262.370	1.014.749										
Total do ativo	1.212.232	508.651	1.964.255	1.385.916										

Demonstração do Resultado				Demonstração dos Fluxos de Caixa (Em R\$ mil)								
(Em R\$ mil, exceto prejuízo por ação)				Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		
				2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	
Receita líquida das atividades (Nota 24)				161.328	—	1.063.483	898.382	Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos (Nota 25)				(44.216)	—	(505.150)	(407.955)	Prejuízo do exercício antes do I.R e da C.S				
Lucro bruto				117.112	—	558.333	490.427	Ajustes de conciliação:				
Despesas comerciais (Nota 25)				(10.145)	(32)	(148.031)	(93.928)	Depreciação (Nota 12)				
Despesas administrativas (Nota 25)				(63.190)	(18.336)	(402.292)	(359.435)	Amortização de ativo intangível (Nota 13)				
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 11)				(86.026)	(11.952)	(49)	(49)	Impairment de ativo intangível (Nota 13)				
Lucro (prejuízo) operacional				(42.249)	(30.320)	8.010	37.015	Juros de obrigações de aquisições societárias, não realizados (Nota 17)				
Receitas financeiras (Nota 26)				945	10	5.772	7.125	Juros de empréstimos e financiamentos, não realizados (Nota 18)				
Despesas financeiras (Nota 26)				(343)	(654)	(63.787)	(60.885)	Resultado de equivalência patrimonial (Nota 11)				
Resultado financeiro				602	(644)	(58.015)	(53.760)	Opções Outorgadas - provisão stock options (Nota 22)				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social				(41.647)	(30.964)	(50.005)	(16.745)	Descontos nos arrendamentos - Covid-19 (Nota 2.4)				
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos (Nota 28)				46.635	1.466	53.960	(12.817)	Juros sobre arrendamentos (Nota 16)				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício				4.988	(29.498)	3.955	(29.562)	Provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 6)				
Atribuível a:								Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e civis				
Acionistas da Companhia				—	—	4.988	(29.498)					
Participação dos não controladores				—	—	(1.033)	(64)					
				—	—	3.955	(29.562)					

Demonstração do Resultado Abrangente			
(Em R\$ mil)			
2020	2019	2020	2019
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	4.988	(29.498)	3.955
Outros componentes do resultado abrangente	—	—	—
Resultado abrangente do exercício	4.988	(29.498)	3.955
Atribuível a Acionistas da Companhia	—	—	(1.033)
Participação dos não controladores	—	—	3.955

Lucro (prejuízo) por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício: Prejuízo básico por ação – R\$ (Nota 23) Prejuízo diluído por ação – R\$ (Nota 23)

Demonstração do Resultado Abrangente			
(Em R\$ mil)			
2020	2019	2020	2019
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	4.988	(29.498)	3.955
Outros componentes do resultado abrangente	—	—	—
Resultado abrangente do exercício	4.988	(29.498)	3.955
Atribuível a Acionistas da Companhia	—	—	(1.033)
Participação dos não controladores	—	—	3.955

individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards" (IFRS)), emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. **(b) Demonstrações financeiras consolidadas.** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e conforme as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards" (IFRS)), emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB). **(c) Demonstração do valor adicionado.** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. **2.2 Consolidação.** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle. Isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das sociedades controladas (diretas e indiretas) relacionadas a seguir:

Controladora	2020	2019	2020	2019
Centro Preparatório Aristóteles Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%	
Centro de Ensino Sócrates Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%	
Centro de Ensino Copérnico Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%	
Centro de Ensino Descartes Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%	
Centro de Ensino Montesquieu Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%	
Centro de Ensino Lao Tse Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%	
Centro de Ensino Voltaire Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%	
Centro de Ensino Maquiavel Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%	
Centro de Ensino Espinoza Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%	
Centro de Ensino Galileu Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%	
Centro de Ensino Arquimedes Ltda.	Serviços Educacionais	75%	75%	
Kazumi Participações Ltda.	Comércio de vestuário	100%	100%	
Pensi Educação e Participações S.A.	Holding	100%	100%	
Walelia Participações S.A.	Holding	100%	100%	
Sociedade Educacional A Passos Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%	
Colegio Vimasa S.A.	Serviços Educacionais	100%	100%	
Sistema Elite de Ensino S.A.	Serviços Educacionais	100%	100%	
Colegio Eleva Educação Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%	
Centro de Ensino Kelsen Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%	
Colegio Galory Bentos Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%	
Mabe- Moderna Associação Brasileira de Ensino Médio Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%	
Sociedade Educacional Colorindo o Mundo Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%	
Colegio Aliança Junior Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%	
Integral Plus	Serviços Educacionais	100%	100%	
Curso Martins Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%	
Centro de Educação Infantil Novo Mundo	Serviços Educacionais	100%	100%	
Externato Santa Inez	Serviços Educacionais	100%	100%	
Sociedade Educacional Lobo Torres S/S Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%	
Rede Escola Lobo Torres Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%	
Grupo Tales de Ensino Ltda. - EPP	Serviços Educacionais	100%	100%	
J3H Educacional Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%	
Delphos Educacional Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%	
Nota Dez Educacional Douradense Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%	
Nota Dez Educacional Monteporensense Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%	
Nota Dez Comércio de Material Didático Ltda.	Comércio de material didático	100%	100%	
CEM - Centro de Educação Maracajuense Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%	
Os Batutinhos - Espaço de Educação Infantil Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%	
Casa Amarela Espaço de Educação Infantil Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%	
Sociedade Educacional Pantanal Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%	
Centro de Educação Integrada Mais Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%	
Centro de Educação Integrada Zona Sul Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%	
Centro Educacional Albert Einstein - Colégio e Curso Master Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%	
Sociedade de Ensino Regular S/S Ltda. - Epp	Serviços Educacionais	100%	100%	
Sociedade Educacional Contemporânea Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%	
Sociedade Educacional Sulmatogrossense Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%	
Instituto Máxima de Educação Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%	
Colégio Castelo EIRELI - Epp	Serviços Educacionais	100%	100%	
Centro de Recreação Infantil Searmor EIRELI - EPP	Serviços Educacionais	100%	100%	
Agility Educacional Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%	
Instituto de Educação Básica do Estado de Goiás - IBEG Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%	
Colégio Ideal Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%	
Colégio Ideal Fundamental Ltda.	Serviços Educacionais	100%	100%	
Echo Continental – Centro Educacional e Colégio EIRELI	Serviços Educacionais	100%	100%	
Educação e Cursos Sherwood EIRELI	Serviços Educacionais	100%	100%	
QG do Enem Cursos Online S.A.	Cursos online	51%	43,74%	
Centro Educacional Boa Viagem Ltda	Serviços Educacionais	100%	100%	
Centro Educacional da Jaqueira Ltda	Serviços Educacionais	100%	100%	
Educardário Nossa Senhora D Ajuda Ltda	Serviços Educacionais	50%	50%	
Alfa Jagada	Serviços Educacionais	100%	100%	
CEAC Gama	Serviços Educacionais	100%	100%	
Elite Opção	Serviços Educacionais	100%	100%	
Master Gênesis Alvorada	Serviços Educacionais	100%	100%	
Master Khail	Serviços Educacionais	100%	100%	
Pensi Casulo 1	Serviços Educacionais	100%	100%	
Pensi Casulo 2	Serviços Educacionais	100%	100%	
Elite CEB São José	Serviços Educacionais	100%	100%	
Elite Pinguinho de Gente	Serviços Educacionais	100%	100%	
Agenda Edu S.A.	Tecnologia Educacional	100%	100%	
Alinhado com a estratégia de reestruturação societária, com objetivo de simplificar a estrutura da Companhia, em 2020 foram incorporadas às sociedades a seguir:				
Controlada incorporada	Tipo de negócio	2019		
Instituto Iguaçuano de Ensino Ltda.	Serviços Educacionais	100%		
Editora Eleva Ltda.	Comércio de material didático	100%		
Instituto Pedagógico Professora Maria Dolores Ltda.	Serviços Educacionais	100%		
Centro Educacional Piazza Ltda.	Serviços Educacionais	100%		
Prevel Sistema de ensino Ltda.	Serviços Educacionais	100%		
Sociedade Educacional Alfa Ltda.	Serviços Educacionais	100%		
Alfainter Comercio de Materiais Didáticos Ltda.	Comércio de material didático	100%		
Colégio Colibri - Master Ltda.	Serviços Educacionais	100%		
Bedran e Dornas Ltda.	Serviços Educacionais	100%		
Sociedade Educacional Águia Ltda.	Serviços Educacionais	100%		
Águia Pré Universitário Ltda.	Serviços Educacionais	100%		
Instituto de Educação e Cultura Bernardo e Siqueira Ltda.	Serviços Educacionais	100%		
Instituto Santa Rosa Cabo Frio Ltda.	Serviços Educacionais	100%		
Instituto Siqueira e Bernardo Ltda. - ME.	Serviços Educacionais	100%		
Com relação às incorporações mencionadas acima, a única com efeito direto na controladora foi a da Editora Eleva Ltda. (Nota 1). As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas: (a) Controladas. Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) das quais o				

Balancos Patrimoniais (Em R\$ mil)				Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (Em R\$ mil)										
Ativo	Controladora		Consolidado	Custos		Reservas de capital		Outros resultados		Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido dos controladores	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	com cap	Opções	Agio na subscrição	Reserva especial de ágio	abrangentes					
Circulante	328.794	3.018	543.285	345.955										
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	277.110	16	371.492	185.540										
Contas a receber de clientes (Nota 6)	33.402	—	104.879	97.338										
Estoques (Nota 7)	10.499	—	10.499	8.421										
Impostos a recuperar (Nota 8)	4.162	1.426	40.448	28.153										
Adiantamento diversos (Nota 9)	3.621	1.576	11.078	25.710										
Despesas antecipadas	—	—	4.889	793										
Não circulante	680.385	352.560	158.600	25.212										
Depósito judicial (Nota 20)	—	—	5.138	4.709										
Partes relacionadas (Nota 10)	638.230	352.432	71.763	—		2.888								
Instrumentos financeiros (Nota 4.3.1)	1.627	—	1.627	—										
Adiantamento diversos (Nota 9)	—	—	3.348	12.990										
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 28)	40.528	128	76.724	7513										
Investimentos (Nota 11)	53.521	28.831	—	898										
Imobilizado (Nota 12)	21.687	4.629	554.832	481.354										
Intangível (Nota 13)	12.7845	119.613	707.538	532.497										
	203.053	153.073	1.262.370	1.014.749										
Total do ativo	1.212.232	508.651	1.964.255	1.385.916										

Demonstração do Resultado				Demonstração dos Fluxos de Caixa (Em R\$ mil)								
(Em R\$ mil, exceto prejuízo por ação)				Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		
				2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	
Receita líquida das atividades (Nota 24)				161.328	—	1.063.483	898.382	Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos (Nota 25)				(44.216)	—	(505.150)	(407.955)					

continuação

ELEVA EDUCAÇÃO S.A.

CNPJ: 17.765.891/0001-70

do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. **(d) Desreconhecimento (Baixa).** Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. **2.3 Combinação de negócios.** O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A con-

traprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os ativos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício. A metodologia para mensuração dos intangíveis alocados nas combinações de negócios estão descritas na nota 2.10. A tabela a seguir resume o total da contraprestação, e a alocação do preço das compras determinadas com base no valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos:

Com combinações de negócios realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Alocação do ágio

</

ELEVA EDUCAÇÃO S.A.

CNPJ: 17.765.891/0001-70

Balancos Patrimoniais (Em R\$ mil)					Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (Em R\$ mil)											
Controladora Consolidado																
31/12/20 31/12/19 31/12/20 31/12/19																
Ativo																
Circulante																
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)																
Contas a receber de clientes (Nota 6)																
Estoques (Nota 7)																
Impostos a recuperar (Nota 8)																
Adiantamento diversos (Nota 9)																
Despesas antecipadas																
Não circulante																
Realizável a longo prazo																
Depósito judicial (Nota 20)																
Partes relacionadas (Nota 10)																
Instrumentos financeiros (Nota 4.3.1)																
Adiantamento diversos (Nota 9)																
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 28)																
Investimentos (Nota 11)																
Imobilizado (Nota 12)																
Intangível (Nota 13)																
Total do ativo																
Passivo e patrimônio líquido																
Circulante																
Fornecedores																
Salários e encargos sociais (Nota 14)																
Impostos a recolher (Nota 15)																
Adiantamento de clientes																
Arrendamentos (Nota 16)																
Aquisição de participações societárias (Nota 17)																
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)																
Parcelamentos tributários (Nota 19)																
Não circulante																
Aquisição de participações societárias (Nota 17)																
Partes relacionadas (Nota 10)																
Arrendamentos (Nota 16)																
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)																
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 28)																
Instrumentos financeiros (Nota 4.3.1)																
Parcelamentos tributários (Nota 19)																
Participação em passivo a descoberto – controladas (Nota 11)																
Provisão de desmobilização (Nota 31)																
Provisões para causas judiciais (Nota 20)																
Patrimônio líquido (Nota 21)																
Capital social																
Reservas de capital																
Custos em captação de recursos																
Ações em tesouraria																
Outros resultados abrangentes																
Prejuízos acumulados																
Participação dos não controladores																
Total do patrimônio líquido																
Total do passivo e patrimônio líquido																

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31/12/2020
- Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma: 1. Contexto operacional: A Eleva Educação S.A. (a "Companhia" ou "Eleva") é uma empresa de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, Brasil, controlado por Gera Participações S.A. (Nota 21(a)), que atua, em conjunto com as suas controladas (conjuntamente, "o Grupo"), em três principais segmentos de negócio relacionados à prestação de serviços educacionais: • Educação básica (ensino infantil, ensino fundamental e médio); ✓ Escolas de excelência ("Excelência") ✓ Educação Premium ("Global"). • Pátio (Soluções educacionais: Tecnologias) softwares para escolas, pais, alunos, e produção e venda de material didático); Incorporação da Editora Eleva Ltda. Em 30 de abril de 2020, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da Companhia, foi aprovada a incorporação da Editora Eleva Ltda. ("Incorporada") pela Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. A incorporação está inserida em um projeto de simplificação e racionalização operacional administrativa e financeira, tornando a operação única, devendo resultar em redução de custos, propiciando assim uma maior geração de lucro e fortalecimento às suas atividades sociais. Como resultado desta incorporação, a Incorporada foi extinta de pleno direito e a Companhia tornou-se sua sucessora. O patrimônio líquido da Incorporada foi avaliado em 31 de janeiro de 2020, com base no valor contábil, pelo montante de R\$ 7.427. O acervo líquido contábil avaliado está apresentado como segue:

2020			2020		
Editora			Editora		
Eleva			Eleva		
Ativo			Passivo		
Caixa e equivalentes de caixa			Salários e encargos sociais		
Contas a receber de clientes			Impostos a recolher		
Estoque			Participação em passivo a descoberto		
Despesas antecipadas			Outros		
Adiantamentos diversos					
Tributos a recuperar					
Partes relacionadas					
Imobilizado					
Intangível					
Total do acervo líquido contábil					

Incorporação da WP Búzios Holding S.A. Em 31 de outubro de 2019, a Eleva Educação S.A. realizou a incorporação reversa de seu acionista WP Búzios Holding S.A. Em decorrência desta incorporação todas as ações detidas pela Incorporada (WP Búzios) passaram a ser detidas pelo WP XII Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia "FJP WP". O acervo líquido contábil avaliado está apresentado como segue:

2019			2019		
WP Búzios			WP Búzios		
Passivo			Passivo		
Caixa e equivalentes de caixa			Fornecedores		
Outros créditos			Impostos a recolher		
Investimentos					
Intangível					
Total do acervo líquido contábil					

No ano de 2020 a Eleva realizou o registro de IRPJ e CSLL diferidos (Nota 28) sobre ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) devido por sua investidora WP Búzios. O registro desses créditos fiscais foi realizado apenas em 2020, após a incorporação, pela Companhia, da controlada Editora Eleva Ltda., em função da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros resultante das operações dessa controlada. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 26 de março de 2021. **Efeitos do Coronavírus nas Demonstrações Financeiras.** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia de surto de COVID-19. Durante o mês de março de 2020, as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram bloqueios ou outras restrições para conter o vírus e várias empresas suspenderam ou reduziram as operações. Nesse contexto, as autoridades estaduais e municipais de saúde estão seguindo as orientações das autoridades federais, que contemplam, dentre outras, a suspensão de aulas nas escolas, públicas e particulares como parte de um conjunto de medidas que visam a mitigar a propagação do COVID-19. No Grupo, as medidas alteraram o calendário das aulas presenciais e a reposição foi feita durante o período de retorno às aulas em regime de extensão da carga horária diária. A captação e matrícula de alunos ocorrem normalmente no período, sem impacto inicial no reconhecimento da receita de alunos matriculados. No centro administrativo, localizado na cidade do Rio de Janeiro, a administração do Grupo segue as orientações da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde do Brasil quanto à higienização do ambiente físico, cancelamento de viagens e isolamento social. Além disso, contamos com tecnologias para garantir que não haverá descontinuidade das operações e processamento das informações para o controle de seus processos internos. O Grupo mantém uma sólida posição de caixa que reforça a segurança para enfrentar as incertezas e a confiança para seguirmos nosso planejamento de longo prazo. Dentro do plano estratégico de resposta à crise, aderimos à redução de 25% da jornada de trabalho e à suspensão de contrato com recomposição salarial (aplicação da MP 936) para determinados

colaboradores, bem como intensificamos as negociações com os fornecedores, principalmente os contratos de arrendamentos. O Grupo mantém o monitoramento intensivo dos impactos potenciais do COVID-19 em seus resultados de 2020. Apresentamos abaixo alguns desdobramentos decorrentes da crise atual em nossas operações e os possíveis reflexos nas demonstrações financeiras da Companhia: Provisão para crédito de liquidação duvidosa ("PCLD") – Dificuldade de pagamento das mensalidades por perda de renda dos familiares responsáveis financeiros do aluno. Considerando nossa melhor estimativa com base nas informações disponíveis, aumentamos o volume de provisões de perdas. Impairment de ágio e intangíveis – Eventuais impactos nas operações de controladas adquiridas em função das mudanças e ajustes nas premissas utilizadas para mensuração do valor recuperável dos ativos. Considerando nossa melhor estimativa com base nas informações disponíveis, não foi necessário o reconhecimento de impairment no período por conta da COVID-19. Retenção de alunos – Houve um grande movimento de evasão após início da pandemia, principalmente no ensino infantil. Apesar do movimento, não tivemos impactos significativos na receita do exercício. Arrendamentos – Devido à paralisação das aulas, o Grupo negociou com os arrendadores paralizações e reduções de contratos. Com a ação, o Grupo conseguiu um total de descontos de R\$ 11.041. Despesas com pessoal – Com a adesão a MP 936, que prevê reduções e suspensões de jornadas de trabalho, obtivemos reduções significativas quanto às despesas com pessoal, assim como o fluxo de pagamentos dos encargos sobre folha de pagamentos. Covenants - Os covenants são calculados anualmente e acompanhados quanto aos cumprimentos de todos os requisitos vigentes. Os efeitos da COVID-19 não impactaram os covenants e o Grupo cumpriu todos os requisitos vigentes. O Grupo monitora de forma atenta as oscilações de mercado ocorridas em função dessas incertezas vis-à-vis a expectativa de geração de caixa para mitigar riscos financeiros envolvidos. **2. Resumo das principais políticas contábeis.** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão definidas abaixo ou nas notas das respectivas rubricas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação.** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas cont

continuação

ELEVA EDUCAÇÃO S.A.

CNPJ: 17.765.891/0001-70

pago até 2024. A parcela prevista para pagamento no ano de 2020 foi postergada até que todas as cláusulas precedentes sejam cumpridas. A expectativa do Grupo é que o pagamento da primeira parcela seja realizado no primeiro semestre de 2021. O saldo total referente à transação será pago até 2023, com parcelas corrigidas pelo INPC calculado a partir da data do fechamento. **Adquiridas pela controlada Centro de Ensino Kelsen Ltda. • Casulo Empreendimentos Educacionais Eireli ("Pensi Casulo 1"):** Em 02 de janeiro de 2020, o Centro de Ensino Kelsen Ltda. adquiriu 100% das quotas do Casulo Empreendimentos Educacionais Eireli ("Casulo 1"), localizada em Rio das Ostras/ RJ e com uma base de alunos de 387 estudantes pelo montante total de R\$ 4.500. Até o fim do exercício de 2020 o montante de R\$ 1.750 foi pago e o saldo remanescente será pago até 2024, com parcelas corrigidas pela IPCA calculada a partir da data do fechamento. **Meirelles Maia Empreendimentos Educacionais Eireli ("Pensi Casulo 2"):** Em 02 de janeiro de 2020, o Centro de Ensino Kelsen Ltda. adquiriu 100% das quotas do Meirelles Maia Empreendimentos Educacionais Eireli ("Casulo 2"), localizada em Rio das Ostras/ RJ e com uma base de alunos de 804 estudantes pelo montante total de R\$ 4.500. Até o fim do exercício de 2020 o montante de R\$ 1.750 foi pago e o saldo remanescente será pago até 2023, com parcelas corrigidas pela IPCA calculada a partir da data do fechamento. **As aquisições realizadas em 2019 estão resumidas a seguir:** **• Colégio Ideal Ltda. ("Colégio Ideal"):** Em 01 de março de 2020, a Eleva Educação adquiriu, pelo Colégio Vímase S.A. ("Vímase"), 100% das quotas do Colégio Ideal Ltda., localizado em Brasília/DF pelo montante de R\$29.000. Até o fim do exercício de 2020 o montante de R\$ 4.329 foi pago e o saldo remanescente será pago até 2023. **• Colégio Ideal Fundamental. ("Colégio Ideal Fundamental"):** Em 21 de março de 2019, a Eleva Educação adquiriu, pelo Colégio Vímase S.A. ("Vímase"), 100% das quotas do Colégio Ideal Fundamental Ltda. ("Colégio Ideal Fundamental"), localizado em Brasília/DF pelo montante de R\$29.000. Até o fim do exercício de 2020 o montante de R\$ 4.329 foi pago e o saldo remanescente será pago até 2023. **• Educação e Cursos Sherwood ("Elite Milenium Ambiental"):** Em 01 de janeiro de 2019, a Eleva Educação adquiriu, através da sua controlada Sociedade Educacional A. Passos Ltda ("Sociedade A. Passos"), 100% das quotas da Educação e Cursos Sherwood ("Elite Milenium Ambiental"), localizada na cidade de São José dos Pinhais/PR pelo montante de R\$ 1.594. Até o fim do exercício de 2020 o montante de R\$ 772 foi pago e o saldo remanescente será pago até 2024. **• Echo Continental Centro Educacional e Colégio ("Elite Milenium São Mateus do Sul"):** Em 01 de janeiro de 2019, a Eleva Educação adquiriu, através da sua controlada Colégio Galory Bantoso Ltda (Colégio Galory Bantoso), 100% das quotas da Echo Continental Centro educacional e Colégio ("Elite Milenium São Mateus do Sul"), localizada em São Mateus do Sul/PR pelo montante de R\$ 1.432. O montante de R\$ 803 foi pago à vista e o saldo remanescente será pago até 2024. **2.4 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020: **• Definição de material:** alterações ao IAS 1/CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis" e IAS 8/CPC 23 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro" **• Definição da negócio:** alterações ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios". **• Reforma da IBOR:** alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40. **• Instrumentos Financeiros:** **• Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros.** **• Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento:** alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos" Com relação à alteração no IFRS 16/CPC 06(R2), a qual faculta ao arrendatário não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido em um contrato de arrendamento, que atenda determinados requisitos, trata-se de uma modificação do referido contrato. Em 07 de julho de 2020, a CVM publicou a Deliberação nº 859/2020 que aprova a revisão do CPC 06 (R2)/IFRS 16 que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020. A Companhia optou pelo expediente prático e os efeitos dos benefícios concedidos nos contratos de arrendamento por conta da Covid-19 foram tratados como contraprestação variável a tais períodos e reconhecidos no resultado do exercício, com a respectiva redução ao passivo de arrendamento. O Grupo reconheceu no resultado (despesas administrativas) do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 um ganho pela redução do passivo no montante de R\$ 11.041. As demais alterações de normas ou interpretações de normas não resultaram em impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. **2.6 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.7 Ativos financeiros:** **2.7.1 Classificação:** O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: **• Mensurados ao valor justo** (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). **• Mensurados ao custo amortizado.** A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de o Grupo ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **2.7.2 Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **2.7.3 Mensuração:** No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. **Instrumentos de dívida:** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio do Grupo para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. O Grupo classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir: **• Custo amortizado** - os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais, quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. **• Valor justo** por meio de outros resultados abrangentes - os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativas que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos no resultado financeiro. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. **• Valor justo** por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios da classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos no resultado financeiro, no período em que ocorrerem. **Instrumentos patrimoniais:** Subsequentemente, o Grupo mensura todos os investimentos patrimoniais ao valor justo. Quando a administração do Grupo escolher apresentar, ao valor justo, os ganhos e perdas com investimentos patrimoniais em outros resultados abrangentes, não haverá reclassificação subsequente dos ganhos e perdas ao valor justo para o resultado após a baixa do investimento. Os dividendos desses investimentos continuam a ser reconhecidos, no resultado, como outras receitas quando o direito de o Grupo receber pagamentos é estabelecido. As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas no resultado financeiro na demonstração do resultado quando aplicável. As perdas por *impairment* (e a reversão dessas perdas) em investimentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não têm uma divulgação separada das outras mudanças no valor justo. **2.7.4 Impairment de ativos financeiros:** O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.7.5 Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **2.8 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente,

mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **2.9 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de impressão. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **2.10 Ativos intangíveis: (a) Ágio:** O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso (i) da contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. **(b) Marcas registradas:** As marcas registradas adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo, menos a amortização acumulada. As Marcas foram avaliadas utilizando o método *royalties* evitados. Este método considera que uma entidade deixa de pagar *royalties* a um terceiro pelo fato de ser dona de um ativo que é empregado em sua operação. **(c) Relações contratuais com clientes:** As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo, menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente. O Relacionamento com cliente foi avaliado utilizando o método dos lucros excedentes, o objetivo deste método é a determinação do valor de um ativo por meio de sua capacidade de geração de fluxos de caixa ao longo do tempo. **(d) Softwares:** As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*, que será no mínimo de cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas, conforme incorridos. **(e) Acordo de não competição:** O acordo de não competição foi avaliado utilizando o método "com e sem" (*with or without*). Este método considera que a possibilidade de projeções econômicas abaixo da expectativa por conta de potencial concorrência dos sócios vendedores, diminui de forma significativa. **2.11 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuro associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Direito de uso – Imóveis
Máquinas e equipamentos
Veículos
Benefitória em imóveis de terceiros
Computadores e periféricos
Móveis e utensílios

(1) Média das vidas úteis: O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, a cada data exercício. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado. **2.12 Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual, representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente - Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente, para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. **Impairment** de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido. **2.13 Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. **2.14 Empréstimos e financiamentos:** Empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas transações e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos gerais e específicos são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.15 Provisões:** As provisões, incluindo aquelas relacionadas com ações judiciais (trabalhistas, civil e tributária), são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete, as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.16 Provisão para desmobilização de ativos:** Representa a estimativa de gastos futuros de restauração das edificações alugadas em que as unidades de ensino estão localizadas. São reconhecidos em contrapartida na conta de imobilizado pelo seu valor presente, descontado a uma taxa de crédito ajustado, como parte do valor dos ativos que lhes deu origem, desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia. Os juros incorridos pela atualização da provisão estão classificados como despesas financeiras. As estimativas de desmobilização, revisadas anualmente, sofrem depreciação nas mesmas bases dos ativos principais. **2.17 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos, excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral, relacionado com a mesma entidade legal e a mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **2.18 Benefícios a empregados: (a) Remuneração com base em ações:** O Grupo opera um plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais, a entidade recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos do patrimônio líquido (opções) da Companhia. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período específico). O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas). Na

data de cada balanço, o Grupo revisa suas estimativas da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço. O Grupo reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido. Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas. **(b) Participação nos lucros:** O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta a política do Grupo após certos ajustes. Uma provisão é reconhecida quando o Grupo estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). **2.19 Capital social:** As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações e opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.20 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como, das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O Grupo avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. A receita é reconhecida quando (ou na proporção que) (i) o Grupo satisfazer à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou prestar o serviço prometido ao cliente, (ii) os possíveis fluxos de caixa e preço da transação puderem ser mensurados de forma confiável, e (iii) seja provável o recebimento de contraprestação em conexão com a prestação dos serviços e a troca das mercadorias. **(a) Receita de serviços educacionais:** A receita com prestação de serviços educacionais é composta, substancialmente, pela mensalidade de colégios e cursos preparatórios. A receita da prestação de serviços é reconhecida no período contábil durante o qual os serviços são prestados. Os clientes recebem as faturas mensalmente e a contraprestação se torna exigível assim que a fatura é emitida. **(b) Receita de venda de material didático:** O Grupo fabrica e vende material didático para as próprias entidades do Grupo e para terceiros. As vendas são reconhecidas quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o cliente, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega ocorre quando os produtos são enviados para o local especificado, os riscos de obsolescência e perda são transferidos para o cliente, o cliente aceita os produtos, de acordo com o contrato de venda, e as disposições de aceite tenham prescritas ou o Grupo tem evidências objetivas de que todos os critérios de aceite das mercadorias foram atendidos. Um recebível é reconhecido quando os produtos são entregues, uma vez que é nessa ocasião que a contraprestação se torna incondicional, porque apenas a passagem do tempo é necessária antes de o pagamento ser efetuado. **(c) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas). A receita financeira total decorrente de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado no exercício foi de R\$ 5.772 no consolidado (2019: R\$ 7.125). **2.21 Resultado por ação:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. O Grupo tem opções de compra de ações com potenciais efeitos diluidores. **2.22 Informações por segmento:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo. Em função da concentração de suas atividades em ensino básico e sistema de ensino (Venda de material didático), o Grupo está organizado nessas duas segmentações de negócio. Para o ensino básico, o controle e gerenciamento pela Administração é aberto entre Escolas Premium ("Global") e Escolas de Excelência ("Excelência"), sendo assim os resultados do Grupo acompanhados, monitorados e avaliados de forma segregada. **2.23 Arrendamentos:** O Grupo aluga diversos andares de prédios comerciais para sua área administrativa e para suas escolas. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de cinco a quinze anos. Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. O Grupo aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais o Grupo ou o arrendatário, o Grupo optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Até o exercício de 2018, os arrendamentos de ativos imobilizados eram classificados como arrendamentos financeiros ou operacionais. A partir de 01 de janeiro de 2019, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Grupo. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos, conforme a seguir: **• Pagamentos fixos** (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber, **• Pagamentos variáveis** de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa. **• Valores** que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros incremental. A taxa incremental de empréstimo do arrendatário utilizada é a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para o cálculo a valor presente dos pagamentos mensais, a Companhia adotou taxas de desconto entre o intervalo de 7,84% e 11,06% (a.a.), as quais variam conforme os prazos dos arrendamentos, resultando em uma taxa média anual de 7,9% em 2020. O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: **• O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;** **• Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;** **• Quaisquer custos diretos iniciais;** e **• Custos de restauração.** Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório. **2.24 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2020. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **• Alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros"; IFRS 4 "Contratos de Seguro e IFRS 16 "Arrendamentos":** as alterações previstas na Fase 2 da reforma IBOR abordam questões que podem afetar as demonstrações financeiras durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição). A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2021. Os contratos do Grupo não possuem vinculação a EURIBOR e LIBOR e, portanto, a administração estima que os fluxos de caixa atualizados serão economicamente equivalentes aos originais, sem impactos relacionados a essa substituição. **• Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado":** em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para ser usado pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022. **• Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes":** em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022. **• Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios":** emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ELEVA EDUCACAO S A

NIRE: 333.0030675-7 Protocolo: 00-2021/288015-2 Data do protocolo: 16/07/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/07/2021 SOB O NÚMERO 00004157858 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 09414FA670C79F7517B9B20864125F8B07859476745D426B8A21C1726AF89F96

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



continuação

ELEVA EDUCAÇÃO S.A.

CNPJ: 17.765.891/0001-70

• **Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020:** em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022: (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros; (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado; (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais; (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. 3. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. (a) **Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis:** (i) **Provisão para perdas de crédito esperadas:** Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. A abordagem simplificada é baseada em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico do Grupo, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. (b) **Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: (i) **Perdas (*impairment*) dos ágios:** Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.12. Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado às unidades geradoras de caixa. O teste de redução ao valor recuperável é realizado anualmente de forma obrigatória. Sempre que houver alguma indicação durante o ano de que o *goodwill* pode ter tido *impairment*, a unidade geradora de caixa é submetida a teste de *impairment* nesse momento. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor recuperável de uma unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou. O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de 5 anos. Para fins de avaliação do *impairment*, de acordo com as premissas divulgadas na nota 13, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a administração não identificou nenhuma perda por *impairment* em ágio e outros intangíveis com vida útil indefinida. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das principais taxas utilizadas para cálculo do *impairment*, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas de desconto, perpetuidade e de crescimento, calculadas como cenário real, foram calculadas variações de 0,25%, 0,50% e 0,75%. Mesmo considerando os cenários de sensibilidade acima, o Grupo não teria reconhecido qualquer perda por *impairment*. (ii) **Contingências:** A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. (iii) **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados. Nesse sentido, são efetuadas estimativas e projeções futuras que, portanto, são sujeitas a alterações em relação aos resultados efetivos. Os saldos contábeis dos impostos diferidos ativos são revisados em cada data do balanço e baixados na extensão em que não são mais prováveis que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. (iv) **Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário:** O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utilitária preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. A adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares. O Grupo adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares. (v) **Pagamentos baseados em ações:** O Grupo opera uma série de planos de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais a entidade recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) do Grupo. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser

atendidas. Na data de cada balanço, o Grupo revisa suas estimativas da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço. O Grupo reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido. O Grupo utiliza, para o cálculo do valor justo das opções de cada outorga, o modelo binomial. As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga do primeiro e segundo plano estão descritas na nota 22. 4. **Gestão de risco financeiro:** 4.1 **Fatores de risco financeiro:** As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos do desempenho financeiro do Grupo. A gestão de risco é realizada pela diretoria financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho. (a) **Risco de mercado:** (i) **Risco com taxa de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade destas taxas. O Grupo está exposto à oscilação da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que remunera, substancialmente, suas aplicações financeiras e suas dívidas. (ii) **Análise de sensibilidade:** As normas da CVM dispõem que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Os instrumentos financeiros do Grupo são representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, depósitos judiciais, partes relacionadas, aquisições de participações societárias a pagar e empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos. Os principais riscos atrelados às operações do Grupo estão ligados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Com a finalidade de verificar a sensibilidade desse indexador sobre as demonstrações financeiras do Grupo, tendo como data base 31 de dezembro de 2020, foram definidos três cenários diferentes. Com base na taxa CDI publicada oficialmente pela CETIP em 31 de dezembro de 2020 (1,90% a.a.), utilizou-se esta taxa como cenário provável. A partir desta, foram calculadas variações de 25% e 50%, cenários II e III respectivamente. Para cada cenário foram calculadas as "receita e despesas financeiras", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações.

Operações	Cenário elevação do CDI		
	Risco	Provável (I)	(II) (III)
Aplicações financeiras	CDI	1,90%	2,38% 2,85%
R\$ 360.776		6.855	8.586 10.262
Cédula de crédito bancário - Santander	CDI + 3,40%	5,30%	6,63% 7,95%
R\$ 24.453		(1.296)	(1.621) (1.944)
Debêntures não conversíveis	CDI + 1,65%	3,55%	4,44% 5,33%
R\$ 208.280		(7.323)	(9.159) (10.995)
Debênture não conversível	CDI + 1,70%	3,60%	4,50% 5,40%
R\$ 192.729		(6.938)	(8.673) (10.407)
Aquisições a pagar	CDI	1,90%	2,38% 2,85%
R\$ 173.368		(3.294)	(4.127) (4.942)
Posição líquida		(11.995)	(14.994) (18.006)
Operações	Cenário queda do CDI		
	Risco	Provável (I)	(II) (III)
Aplicações financeiras	CDI	1,90%	1,43% 0,95%
R\$ 360.776		6.855	5.159 3.427
Cédula de crédito bancário - Santander	CDI + 3,40%	5,30%	3,98% 2,65%
R\$ 24.453		(1.296)	(973) (648)
Debêntures não conversíveis	CDI + 1,65%	3,55%	2,38% 1,78%
R\$ 208.280		(7.323)	(5.487) (3.672)
Debênture não conversível	CDI + 1,70%	3,60%	2,70% 1,80%
R\$ 192.729		(6.938)	(5.204) (3.468)
Aquisições a pagar	CDI	1,90%	1,43% 0,95%
R\$ 173.368		(3.294)	(2.471) (1.647)
Posição líquida		(11.995)	(8.976) (6.009)

(b) **Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. O risco de crédito é administrado corporativamente. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com *rating* mínimo "A" na escala de *Standard and Poor's*. No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua experiência passada e outros fatores. **Impairment de ativos financeiros:** Os seguintes ativos financeiros mantidos pelo Grupo estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas: • contas a receber de clientes por vendas de material didático e decorrentes de provisão de serviços educacionais; e • ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos às exigências de *impairment* do IFRS 9/CPC 48, não foi identificada perda por *impairment* nesses ativos. **Contas a receber de clientes:** O Grupo aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas de créditos esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes. Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes foram agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento de vendas durante um período de 24 meses antes de 31 de dezembro de 2020 e as perdas de crédito históricas correspondentes incorridas durante esse período. As taxas de perdas históricas são ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis. As contas a receber de clientes e os ativos de contratos são baixados quando não há expectativa razoável de recuperação. Os índices de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com o Grupo ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas há mais de 180 dias. As perdas por *impairment* em contas a receber de clientes são apresentadas como perdas por *impairment* líquidas, no lucro operacional. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na mesma conta. **Demais ativos financeiros ao custo amortizado:** Todos os investimentos em títulos de dívida ao custo amortizado são considerados de baixo risco de crédito e a provisão para perdas reconhecida durante o período ficou, portanto, limitada às perdas de crédito esperadas em 12 meses. (c) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e agregada pela diretoria financeira. Esta diretoria monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são apresentados pelo valor presente.

	Controladora		Consolidado	
	Menos de um ano	Entre dois e cinco anos	Menos de um ano	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2020				
Fornecedores	8.314		10.953	
Partes relacionadas		207.261		
Aquisição de participação societária		908	75.833	56.490
Empréstimos e financiamentos			73.316	94.539
Passivos de arrendamento	26	1.294	30.356	257.921
Instrumentos financeiros				8.534

Em 31 de dezembro de 2019				
Fornecedores	1.019		8.535	
Partes relacionadas		100.004		3.104
Aquisição de participação societária			35.782	39.360
Empréstimos e financiamentos			22.012	51.329
Passivos de arrendamento	1.279	1.474	43.335	92.546
Instrumentos financeiros				154.117

4.2 Gestão de capital: Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice dívida líquida dividida por EBITDA. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.				
4.3 Instrumentos financeiros por categoria	Controladora	Consolidado		
	2020	2019	2020	2019
Instrumentos financeiros ativos	950.369	352.448	554.899	287.587

Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	277.110	16	371.492	185.540
Instrumentos financeiros	1.627		1.627	
Partes relacionadas	638.230	352.432	71.763	
Contas a receber de clientes	33.402		104.379	97.338
Depósitos judiciais			5.138	4.709

Instrumentos financeiros passivos	217.803	103.776	343.198	823.669
Valor justo				
Instrumentos financeiros			8.354	
Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos			423.462	404.261
Partes relacionadas	207.261	100.004		3.104
Arrendamentos	1.320	2.753	327.041	289.998
Fornecedores	8.314	1.019	10.953	8.535
Aquisições de participações societárias a pagar		908	173.388	117.771

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, todos os instrumentos financeiros do Grupo que são avaliados ao valor justo estão classificados substancialmente no nível 2. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3. 4.3.1 **Instrumentos financeiros – Opções de compra e venda de ações:** Conforme descrito na nota 2.3, em 1 de julho de 2020, após o cumprimento de determinadas condições precedentes previstas em contrato de compra e venda de ações, a Companhia, através da sua subsidiária Colégio Eleva Educação Ltda, passou a exercer o controle de 51% do Capital Social da Educandante Nossa Senhora da Ajuda Ltda.. A Companhia terá opção de compra, e o sócio remanescente opção de venda, em condições equivalentes, de parte ou do total dos 49% da participação remanescente por um período de 6 meses a partir de 30 de junho 2024, mantendo o mesmo racional de precificação adotado na data de fechamento e no ajuste do preço da transação. Adicionalmente, em caso de mudança no seu controle acionário, a Companhia terá a opção de compra da participação remanescente dos sócios vendedores pelas mesmas condições de preços. Essas opções são classificadas como derivativos embutidos no contrato de compra e venda, não sendo parte da combinação de negócio, e foram segregadas do contrato principal e avaliadas aos seus valores justos, com base em estimativas e outros fatores considerados relevantes para julgamento, mensurou este passivo a valor justo e reconheceu, em suas demonstrações financeiras, o montante de R\$ 8.354 em contrapartida a "Reservas de capital" no Patrimônio Líquido. O valor justo médio ponderado das opções foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes. Os dados significativos incluídos no modelo foram: preço médio ponderado da ação na data da concessão, preço do exercício, volatilidade, uma vida esperada da opção correspondente a 5,5 anos e uma taxa de juros anual sem risco de 6,13%. Para o cálculo do valor justo o Grupo utilizou o modelo Binomial.

	Quantidade de ações	Valor justo
	31/12/2020	31/12/2020
Fluxo		
Opção de compra	2.184.147	(15.468)
Opção de venda	8.314	10.953
Passivo líquido	2.184.147	23.850
		8.394
Conforme descrito na nota 2.3, o contrato de compra das ações da Agenda Edu outorga à Eleva duas opções, não relacionadas a aquisição de ações da Agenda Edu, mas sim voltadas para a recompra de ações próprias da Eleva para nos seguintes casos: • Caso um dos sócios vendedores operacionais (que continuam trabalhando na Agenda Edu) encerrarem seu contrato de trabalho (CLT), a Eleva terá o direito de comprar 50% das suas ações conferidas ao sócio retirante por valor simbólico de R\$ 0,01 (um centavo) por ação. • Caso o valor justo da Eleva seja superior ao valor patrimonial estipulado de R\$ 2.000.000 para a compradora na data de fechamento da transação, a Eleva tem o direito de recomprar as ações na quantidade correspondente à diferença entre o valor patrimonial final e o valor patrimonial estipulado por valor simbólico de R\$ 0,01 (um centavo) por ação. A Companhia, com base em estimativas e outros fatores considerados relevantes para julgamento, mensurou este ativo a valor justo e reconheceu, em suas demonstrações financeiras, a opção de compra no montante de R\$ 1.627 em contrapartida a "Reservas de capital" no Patrimônio Líquido. O valor justo médio ponderado das opções foi determinado com base no modelo de avaliação Monte Carlo. Os dados significativos incluídos no modelo foram: preço médio ponderado da ação na data da concessão, preço do exercício, volatilidade e uma vida esperada da opção.		

	Valor principal (Quantidade)		Valor justo	
Fluxo	31/12/2020		31/12/2020	
Opção de compra (Ativo)	(2.279.963)		1.627	
5. Caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Recursos em banco e caixa	144	4	10.716	9.190
Aplicações financeiras	276.966	12	360.776	178.350
	277.110	16	371.492	185.540

As aplicações financeiras consistem em certificados de depósitos bancários (CDB) de bancos de primeira linha, são remuneradas em base percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e possuem liquidez imediata, com baixo risco de mudança de valor em caso de vencimento antecipado. Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB são remunerados pelo CDI com taxa média de 100% em 31 de dezembro de 2020 (98,95% 31 de dezembro em 2019).

Lucas Sandoval Fernandes - Contador - CRC MG-112625/O-9
Notas Explicativas completas e o Relatório do Auditor encontram-se na sede da Empresa.

Id: 2320851

SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE
CNPJ nº 01.685.053/0001-56 - NIRE 3330027441-3
Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de abril de 2021. Data, Hora e Local: Em 26 de abril de 2021, às 9h, por meio de videoconferência. Presença: Presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. Mesa: Presidente: Patrick de Larragotli Lucas Secretária: Fernanda Bezerra Ordem do Dia: I. Eleger, para o mandato em curso que terminará em data coincidente com a da Assembleia Geral Ordinária da Companhia a realizar-se em 2022: (i) como Vice-Presidente da Companhia, o Sr. Clovis Poggetti Junior, brasileiro, em união estável, administrador de empresas, identidade nº 29155802 (SSP/SP) e CPF nº 172.994.418-37, residente e domiciliado em São Paulo - SP, com endereço profissional na Rua dos Pinheiros, nº 1.673; e (ii) como Diretora sem designação especial da Companhia, a Sra. Giselle Helena de Paula Rodrigues, brasileira, divorciada, médica, identidade nº 22.825.026-2

(SSP-SP) e CPF nº 153.644.678/56, residente e domiciliada em São Paulo - SP, com endereço profissional na Rua dos Pinheiros, nº 1.673. Os membros da Diretoria ora eleitos declaram estar desimpeidos, na forma da lei, para o exercício dos respectivos cargos e preencher as condições estabelecidas na Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS nº 311/12, tendo apresentado as respectivas declarações, as quais foram devidamente arquivadas na sede da Companhia. II. Consignar que a remuneração global e anual dos administradores foi fixada pela Assembleia Geral Ordinária realizada, cumulativamente, com a Assembleia Geral Extraordinária em 12.04.2021. III. Consignar a atual composição da Diretoria da Companhia, sendo: (i) Diretor Presidente: Ricardo Bottas Dourado dos Santos; (ii) Vice-Presidentes: André Luiz Lauzana dos Santos, Clovis Poggetti Junior, Marco Antonio Antunes da Silva, Mauricio Quinze, Patrícia Quirico Coimbra e Raquel Reis Correa Giglio; e (iii) Diretores sem designação especial: Alessandra Maia Marinho Ba-

sile, Alessandro Vicente Cogliatti, Alexandre Putini, Fabiane Reschke, Giselle Helena de Paula Rodrigues, Gustavo Kohn Giometti, Heitor Augusto Pereira Barbosa, Laenio Pereira dos Santos, Luciano Macedo de Lima, Marcelo Suman Mascaretti, Marcio Pereira de Souza, Reinaldo Amorim Lopes, Ricardo Augusto de Campos Soares, Simone Cesena Duarte, Solange Zaquem Thompson Motta e Tereza Villas Boas Veloso. Deliberações: Discutidas as matérias, foram as mesmas aprovadas pela unanimidade dos Conselheiros presentes, sem quaisquer emendas ou ressalvas. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada por todos. Assinaturas: Patrick de Larragotli Lucas, Presidente; Carlos Infante Santos de Castro e Ricardo Bottas Dourado dos Santos, Conselheiros; Fernanda Bezerra, Secretária da Reunião. Rio de Janeiro, 26 de abril de 2021. JUCERJA nº 00004077663 em 01/06/2021. Secretário Geral, Bernardo Feijó Sampaio Berwanger.

Id: 2320859

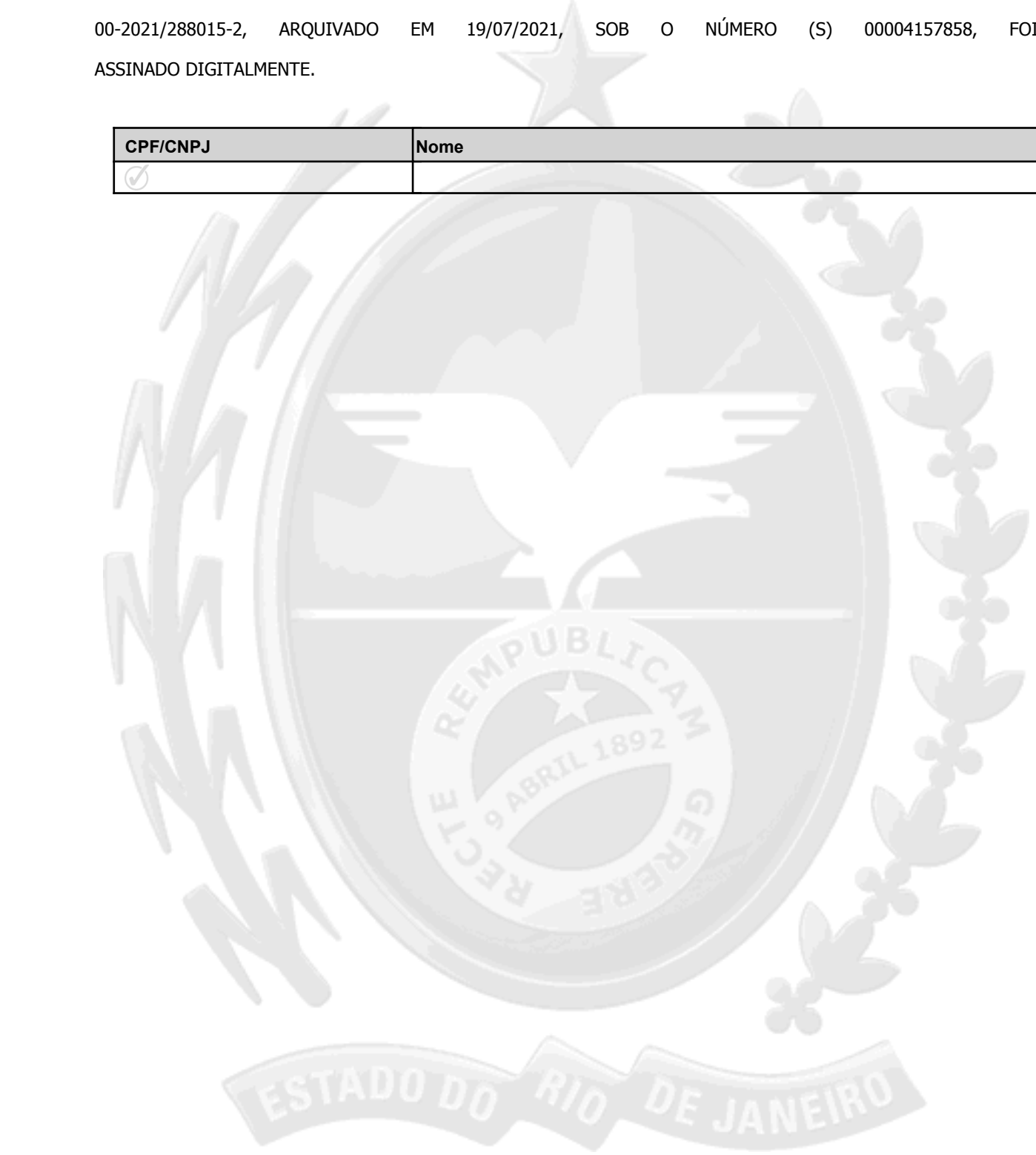
Serviço de Atendimento ao Cliente da
Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro:
0800-2844675

Telefone:

IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA ELEVA EDUCACAO S A, NIRE 33.3.0030675-7, PROTOCOLO 00-2021/288015-2, ARQUIVADO EM 19/07/2021, SOB O NÚMERO (S) 00004157858, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
	



19 de julho de 2021.



Bernardo Feijó Sampaio Berwanger
Secretário Geral